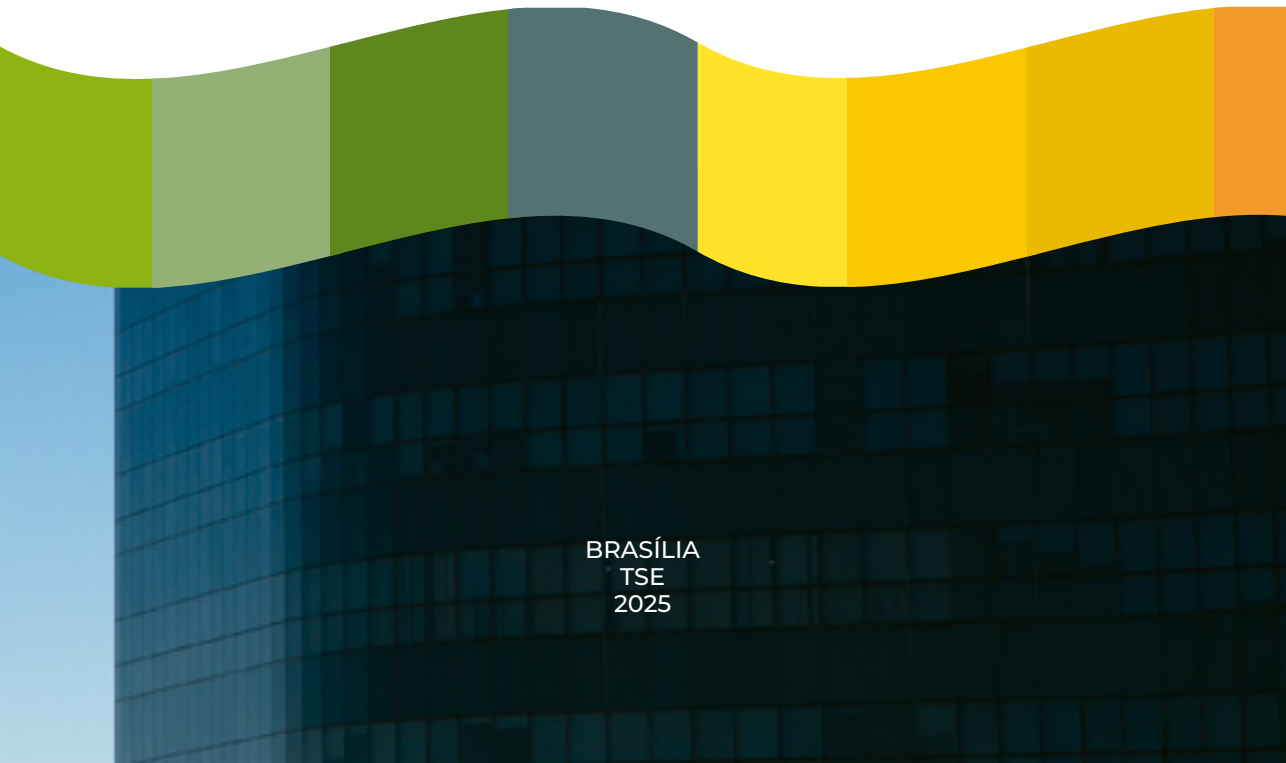


RELATÓRIO DE **ATIVIDADES** 2025

GESTÃO MINISTRA CÁRMEN LÚCIA



BRASÍLIA
TSE
2025



RELATÓRIO DE **ATIVIDADES** 2025

GESTÃO MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

BRASÍLIA
TSE
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud

Relatório de atividades 2025 : gestão Ministra Cármen Lúcia / Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria-Geral da Presidência. – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2025.
103 p. : il. ; 24 cm.

"Unidades responsáveis: Secretaria-Geral da Presidência, Diretoria-Geral da Secretaria do Tribunal."
Disponível, também, na internet:

<<https://www.tse.jus.br/institucional/catalogo-de-publicacoes/lista-do-catalogo-de-publicacoes>>

1. Justiça Eleitoral – Relatório – 2025. 2. Secretaria-Geral da Presidência – Relatório de gestão – 2025.
I. Rocha, Carmén Lúcia Antunes. II. Título.

CDD 342.810 702 69
CDU 342.846(81)

Bibliotecária: Lígia Cavalcante Ponte – CRB-1/824

© 2025 Tribunal Superior Eleitoral

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento

SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, 1º andar

Brasília/DF – 70095-901

Telefone: (61) 3030-9225

Secretária-Geral da Presidência

Andréa Maciel Pachá

Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência

Cristiane Meireles Ortiz

Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal

Miguel Ricardo de Oliveira Piazzì

Secretária de Comunicação e Multimídia

Taciana Giesel Cuadros

Secretária de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental

Sabrina Beatriz Ribeiro Pereira da Silva

Secretária de Gestão de Pessoas

Mitie Kamada

Secretário de Gestão da Informação e do Conhecimento

Cleber Schumann

Coordenador de Editoração e Publicações

Washington Luiz de Oliveira

Capa, projeto gráfico e diagramação

Flávia Carvalho Coelho

Revisão e conferência de editoração

Janilene Cavalcante do Nascimento Farias

Lígia Dib Carneiro

Conferência de editoração

Leide Viana e Rayane Martins Carvalho



Presidente

Ministra Cármem Lúcia

Vice-Presidente

Ministro Nunes Marques

Ministros Efetivos

André Mendonça

Antonio Carlos Ferreira

Ricardo Villas Bôas Cueva

Floriano de Azevedo Marques

Estela Aranha

Ministros Substitutos

Dias Toffoli

Gilmar Mendes

Cristiano Zanin

Sebastião Alves dos Reis Júnior

Vera Lúcia Santana Araújo



APRESENTAÇÃO

Apresento o Relatório de Atividades da Gestão do Tribunal Superior Eleitoral em 2025.

Documenta-se e dá-se a público o conjunto das principais ações e seus resultados levadas a efeito no ano de 2025 pela Justiça Eleitoral. Por elas se buscou o cumprimento das metas e dos propósitos desse ramo especializado do Poder Judiciário Brasileiro. Com esse Relatório asseguram-se a transparência e o controle dos procedimentos e da aplicação dos recursos públicos e do desenvolvimento dos serviços prestados à sociedade brasileira e também na administração dos processos e procedimentos ligados à preparação das eleições gerais do próximo ano.

O relatório é apresentado em seis capítulos. O primeiro apresenta a Justiça Eleitoral brasileira em seu arcabouço institucional, especificando sua missão, seus valores e suas principais atribuições, sua estrutura, seu modelo de negócios, o mapa estratégico e as interfaces de relacionamento com a sociedade. No segundo capítulo, são apresentadas informações sobre as atividades do Tribunal Superior Eleitoral destinadas a consolidar o papel do TSE como responsável pelo sistema único da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à recomposição do quadro de servidores e à criação do Selo e do Prêmio de Qualidade Eleitoral. Os resultados das principais áreas de atuação do Tribunal Superior Eleitoral, na concretização da democracia e na efetividade de medidas que garantem a diversidade e a equidade, são detalhados no terceiro capítulo, assim como as ações de comunicação interna e externa, com os respectivos dados, números e campanhas de educação democrática e de chamamento do eleitor. No quarto capítulo do Relatório são apresentados os números dos processos judiciais distribuídos e julgados durante o ano e as atividades realizadas na formação permanente de magistrados e servidores, revelando o fortalecimento da Escola da Justiça Eleitoral do TSE, com o aperfeiçoamento de juízes que atuarão nas eleições vindouras. O capítulo 5 apresenta as ações voltadas ao planejamento do próximo pleito, com os dados do teste público de segurança dos sistemas eleitorais, além

de revelar os avanços alcançados com o cadastro biométrico dos eleitores. O capítulo 6 traz as informações de governança e de apoio, como a gestão de tecnologia da informação, a gestão orçamentária e financeira e a gestão patrimonial e de contratos e da auditoria interna com as melhorias desenvolvidas nos processos.

O Tribunal Superior Eleitoral continua em sua missão de garantir e proteger a Democracia, nos processos eleitorais, fortalecendo os pontos de inclusão necessários de todas as eleitoras e de todos os eleitores na cidadania participativa e nos cuidados com a igualdade e a igual acessibilidade de todas as pessoas.

O Tribunal Superior Eleitoral mantém-se atento e comprometido, como sempre, em sua missão constitucional de assegurar eleições seguras, confiáveis, transparentes e inclusivas para uma sociedade mais democrática e uma sociedade mais fraterna e igualitária.

Ministra Cármen Lúcia

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Arcabouço institucional da Justiça Eleitoral	16
1.1 Composição do Tribunal	18
1.2 Estrutura organizacional	19
1.3 Missão, Visão e Valores.....	21
2. Uma só Justiça Eleitoral mais forte e efetiva	24
2.1 Recomposição do quadro de pessoal: posse de 688 servidores em 2025.....	25
2.2 Contínuo enfrentamento à desinformação	30
2.3 Reuniões permanentes com os Tribunais Regionais Eleitorais.....	31
2.4 Criação do Prêmio e Selo de Qualidade Eleitoral	35
3. Democracia concretizada	41
3.1 Mais acessibilidade.....	42
3.2 Mais sustentabilidade.....	44
3.3 Ações para concretizar a equidade de gênero e raça. Menos preconceito	48
3.4 Trabalhos de Missão Internacional	52
3.5 Aperfeiçoamento da Ouvidoria, mais acesso e atendimento dos usuários externos	53
3.6 Mais comunicação	57
3.7 Conhecendo o Tribunal Superior Eleitoral	65
3.8 Produção de conhecimento e de informação de qualidade.....	68
4. Eficiência na produtividade e na qualidade.....	70
4.1 Formação continuada de servidores.....	71
4.2 Projetos inovadores para o bem-estar dos servidores.....	72
4.3 Formação continuada de magistrados	75
4.4 Prestação jurisdicional	77
5. Preparação permanente para as Eleições de 2026	82
5.1 Teste Público de Segurança dos Sistemas Eleitorais.....	84
5.2 Ampliação da biometria, mais tecnologia e mais segurança.....	89
6. Aperfeiçoamento dos modelos de governança e gestão	91
6.1 Governança Institucional	92
6.2 Gestão de Licitação e Contratos	92
6.3 Gestão da Tecnologia da Informação	93
6.4 Gestão Orçamentária e Financeira.....	94
6.5 Segurança da informação.....	97
6.6 Governança de dados.....	97
6.7 Gestão da segurança institucional.....	97
6.8 Melhoria nos processos de auditoria interna.....	98



INTRODUÇÃO

Nas eleições de 2024, o Tribunal Superior Eleitoral cumpriu a missão de garantir à sociedade brasileira um processo eleitoral íntegro, ágil e eficiente. Os números, como consolidados no Relatório de Avaliação das Eleições, ([Relatório de Avaliação - Eleições 2024 — Tribunal Superior Eleitoral](#)) impressionam: 5.569 municípios, com 155.912.680 eleitores e eleitoras aptos a votar. Em poucas horas, os resultados publicados transmitiam ao país o sentimento de credibilidade, confiança e tranquilidade. Para que as próximas eleições transcorram da mesma forma, muitas atividades e decisões de gestão têm sido desenvolvidas, afinal, não se realizam eleições de tamanha grandeza sem uma permanente e eficiente atuação administrativa e jurisdicional.

Relatório de avaliação – Eleições 2024

Tribunal Superior Eleitoral

5.569
municípios

com
155.912.680
eleitores e eleitoras
aptos a votar

Transcorridas as Eleições Municipais de 2024, o Tribunal Superior Eleitoral assumiu, imediatamente, a missão de aperfeiçoar a governança e a gestão das atividades administrativas e priorizar as demandas jurisdicionais, promovendo, a partir de janeiro de 2025, o levantamento das necessidades de cada Assessoria e Secretaria, objetivando identificar as melhorias necessárias e as estratégias a serem observadas para a excelência da jurisdição eleitoral.

2025 foi um ano marcado por atividades relevantes interna e externamente. Este Tribunal Superior realizou a condução sistêmica da Justiça Eleitoral, com a aproximação permanente dos Tribunais Regionais, com a participação de servidores, servidoras, magistrados, magistradas e colaboradoras e colaboradores, tudo a objetivar planejamentos e atuações mais consistentes para o futuro.

As unidades da Diretoria-Geral e da Secretaria Geral da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral trabalharam em conjunto, realizando reuniões permanentes entre as Assessorias e Secretarias, para desburocratizar e tornar mais efetivos os projetos e as ações, bem como para colher dados para governança e planejamento estratégico.

O ano que se encerra prepara este Tribunal Superior para o amanhã próximo e desafiador. Não sem razão, o *slogan* escolhido para as Eleições 2026 foi "Voto na Democracia".



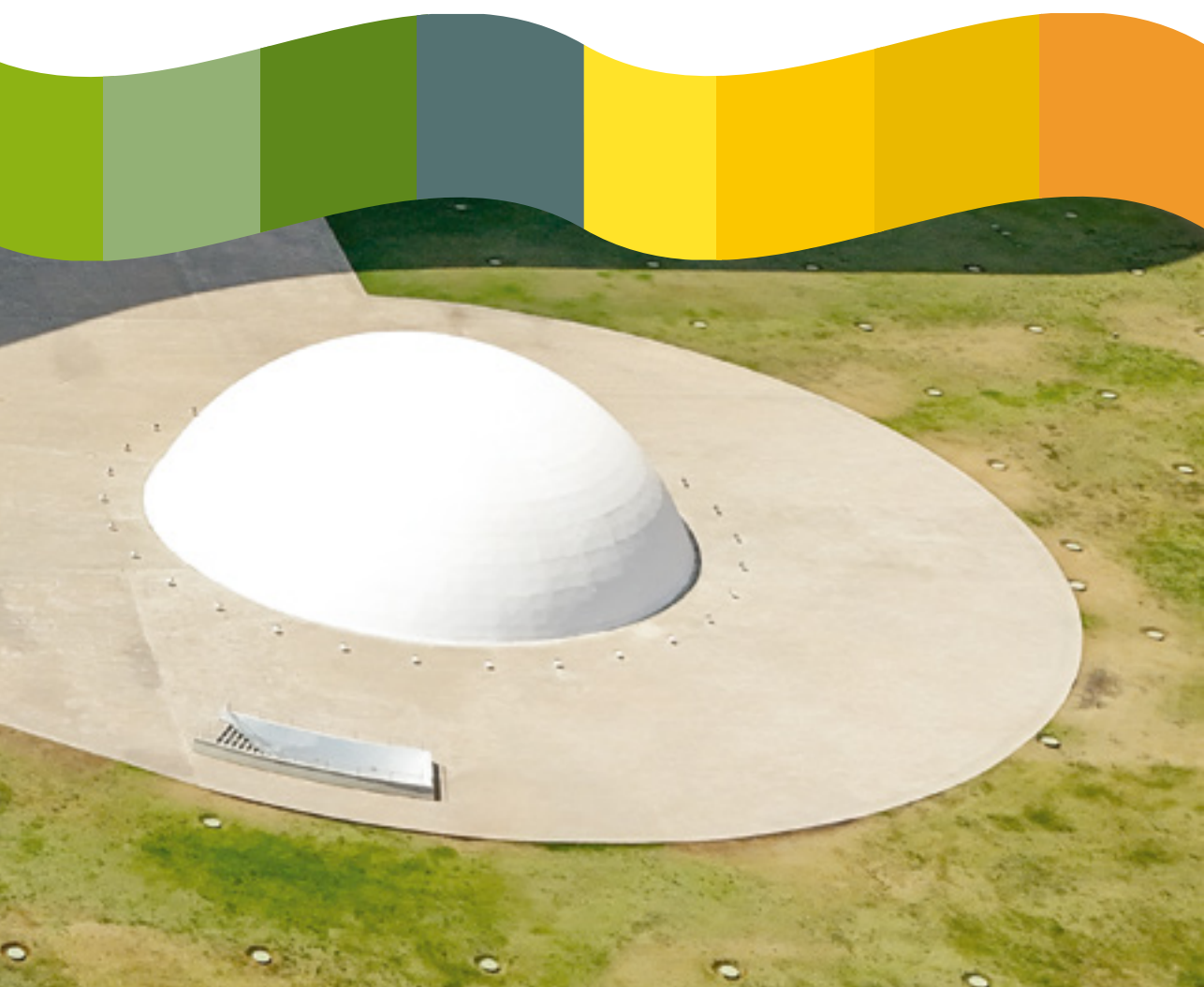
As principais atividades realizadas ao longo do ano foram agrupadas por temática de governança. Os resultados confirmam o esforço empreendido: uma gestão marcada pela ética, responsabilidade e confiança, com o apoio de um corpo funcional que se orgulha do serviço prestado ao país.





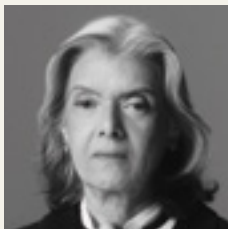
1

ARCABOUÇO INSTITUCIONAL DA JUSTIÇA ELEITORAL



1.1 COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

Ministros Efetivos



Ministra
Cármen Lúcia
Presidente
25.8.2024



Ministro
Nunes Marques
Vice-Presidente
25.5.2025



Ministro
André Mendonça
25.6.2024



Ministro
Antonio Carlos Ferreira
19.9.2024



Ministro
Ricardo Villas Bôas Cueva
16.12.2025

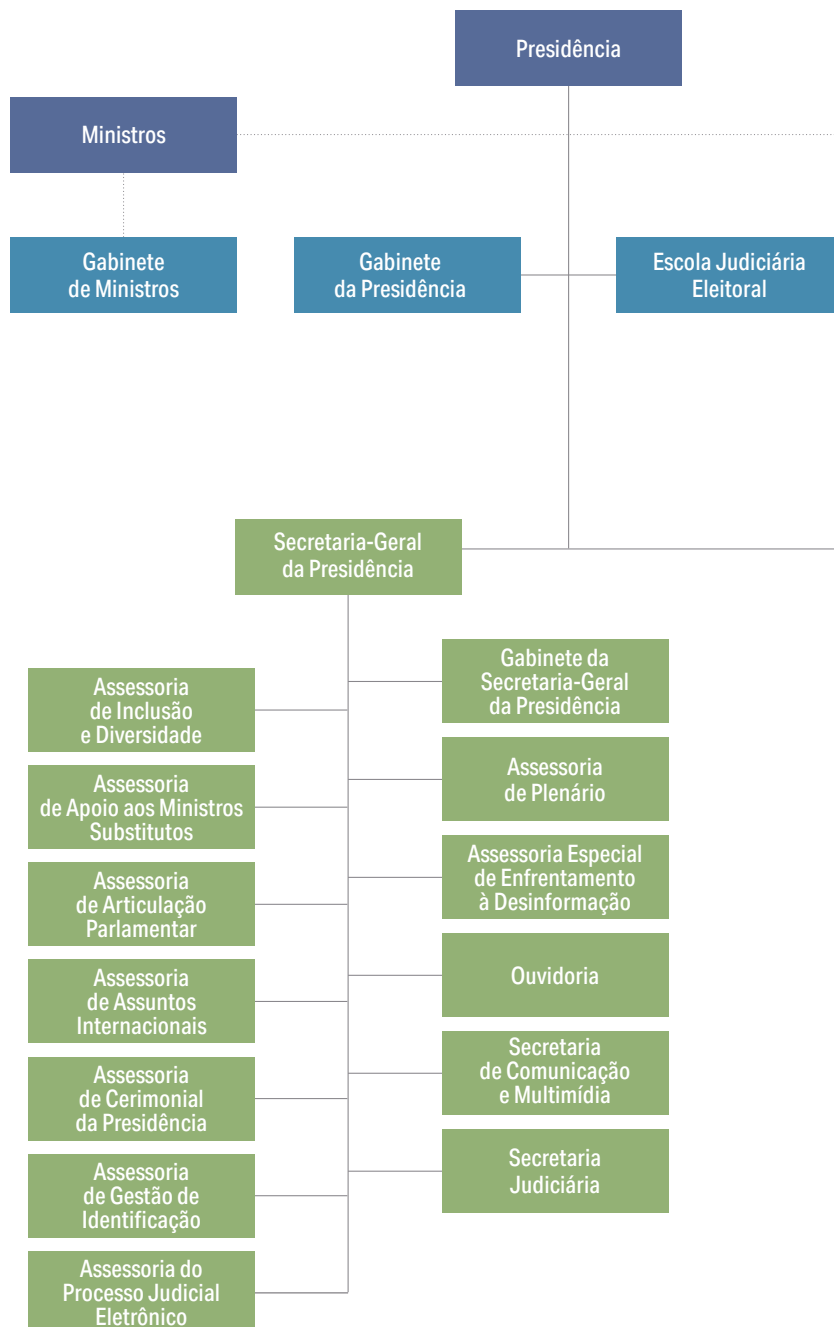


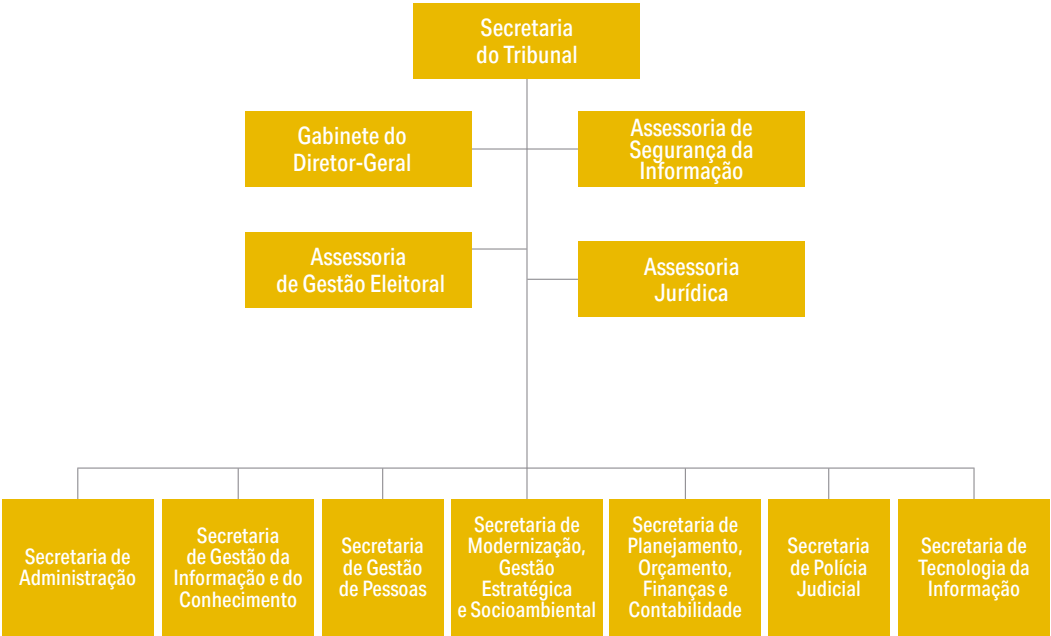
Ministro
Floriano de Azevedo Marques
1.8.2025



Ministra
Estela Aranha
1.8.2025

1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL





1.3 MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO

Promover a cidadania e garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia.

VISÃO

Consolidar-se como uma instituição transparente, garantidora da legitimidade do processo eleitoral e impulsionadora de inovação na prestação dos serviços à cidadã e ao cidadão de forma segura, acessível e sustentável.



VALORES

Transparência

Facilitar o acesso a informações, ações e decisões institucionais.

Simplicidade

Utilizar a simplicidade como diretriz para desburocratizar nossos projetos, processos e atividades.

Democracia

Apoiar o fortalecimento da democracia.

Conectividade digital

Investir na aquisição e no acesso às novas tecnologias.

Melhoria contínua

Focar na melhoria e no aprendizado contínuos.

Coerência

Alinhar o discurso com a prática.

Alianças estratégicas

Estabelecer parcerias estratégicas.

Bem-estar

Incentivar o bem-estar das pessoas.



2

UMA SÓ JUSTIÇA ELEITORAL MAIS FORTE E EFETIVA

Aplicação de metodologia de planejamento integrado para as eleições de 2026

Reconhecer a autonomia administrativa e funcional dos Tribunais Regionais Eleitorais não é incompatível com a necessidade de fortalecer o papel do Tribunal Superior Eleitoral como responsável pelo funcionamento sistêmico da Justiça Eleitoral. Assim, objetivando unificar procedimentos e orientações, reduzir despesas e consolidar um sistema ainda mais íntegro e compreensível, foi apresentado, em 2025, o relatório de Metodologias de Planejamento Integrado para as próximas eleições (PIE 2026), um trabalho da Diretoria Geral, com apoio da SMG e Agel, com o mapeamento das dificuldades a serem enfrentadas, com fluxos a serem observados, com definição sobre alertas e criticidade e com ajustes de novas ferramentas, um instrumento fundamental para nortear calendários e cronogramas e facilitar a realização das eleições do próximo ano.

No mesmo sentido, as reuniões permanentes com os Tribunais Regionais e a consolidação de fluxos e rotinas para todas as unidades permitiram a consolidação de uma Justiça mais ágil e efetiva, como se verá nas ações e atividades descritas na sequência.

2.1 Recomposição do quadro de pessoal: posse de 688 servidores em 2025

A reposição da força de trabalho da Justiça Eleitoral é essencial para garantir o alcance da missão institucional, a tempestiva prestação jurisdicional e o atendimento ao eleitor.

O provimento de cargos efetivos por meio da realização de concurso público próprio da Justiça Eleitoral possibilita o preenchimento do quadro com pessoas qualificadas, dotadas de conhecimentos específicos para a condução das atividades dos órgãos da Justiça Eleitoral. Além disso, minimiza os riscos com a rotatividade de servidores e a falta de pessoal para atendimento nos cartórios, com prejuízo direto ao eleitor.

Registre-se que o último concurso público realizado por este Tribunal Superior ocorreu em 2012. Em 2023, depois de manifestação de interesse de 26 Tribunais Regionais Eleitorais – TREs, foi feita a previsão orçamentária para realização do certame de maneira centralizada pelo Tribunal Superior Eleitoral, o qual promoveu a seleção do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe para a realização de processo seletivo de abrangência nacional.



Concurso Público Unificado da Justiça Eleitoral



O valor médio dos certames realizados pelos Tribunais Regionais nos últimos anos foi de R\$ 3.023.690,00 que, multiplicando-se por todos os Tribunais Eleitorais, inclusive o Tribunal Superior Eleitoral, totalizaria um custo de R\$ 84.664.000,00.

Considerando o valor pago ao Cebraspe, qual seja, R\$ 41.014.919,00, correspondente a 637.628 inscrições efetivadas, houve redução do custo médio por órgão da Justiça Eleitoral, pela economia de escala, demonstrando que o Concurso Público Unificado foi mais viável, do ponto de vista orçamentário e financeiro, do que os certames individuais, fora o valor arrecadado aos cofres públicos de R\$ 56.306.765,00.

1. Inscrições

Cargo	Nº de vagas	Nº de inscritos	Nº de comparecimento
Analista Judiciário	126	293.650	146.458 (49,9%)
Técnico Judiciário	286	343.978	185.417 (54%)
Total	412	637.628	331.875 (52%)

2. Arrecadação com as inscrições

Cargo	Total inscritos	Inscrições pagas	Valor arrecadado
Analista Judiciário	293.650	245.260	31.883.800,00
Técnico Judiciário	343.978	287.329	24.422.965,00
Total	637.628	532.589	56.306.765,00

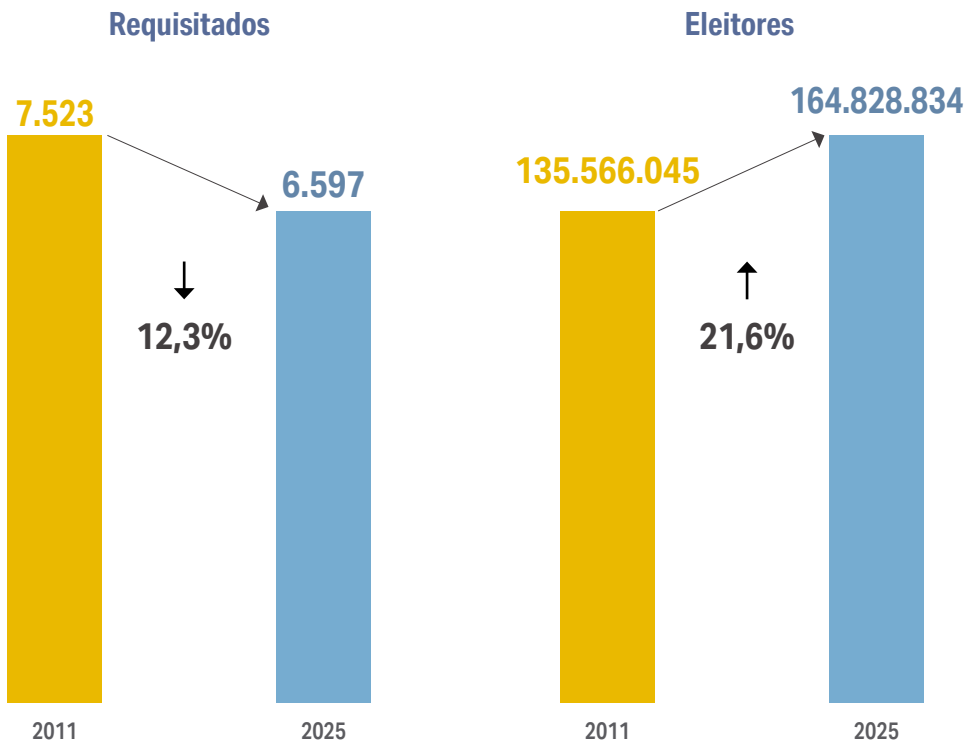
Até a presente data, foram nomeados 241 Analistas Judiciários e 447 Técnicos Judiciários na Justiça Eleitoral, totalizando 688 novos servidores, conforme quadro a seguir:

Unidade	Nomeações até 15/12/2025	
	Analista Judiciário	Técnico Judiciário
TRE-AC	9	4
TRE-AL	1	2
TRE-AM	11	27
TRE-AP	2	9
TRE-BA	17	17
TRE-CE	8	16
TRE-DF	5	4
TRE-ES	10	5
TRE-GO	4	12
TRE-MA	6	11
TRE-MG	39	87
TRE-MS	5	8
TRE-MT	7	9
TRE-PA	4	5
TRE-PB	3	5
TRE-PE	7	27
TRE-PI	4	14
TRE-PR	7	11
TRE-RJ	9	23
TRE-RN	1	6
TRE-RO	6	16
TRE-RR	4	6
TRE-RS	6	11
TRE-SC	2	8
TRE-SE	1	5
TRE-SP	54	80
TSE	9	19
Total	241	447

Esse quantitativo de Analistas e Técnicos recompôs parcialmente a força de trabalho de servidores efetivos que, em 2026, será incrementada com novas nomeações. Somado a isso, quando o PL 4/2024 for aprovado, mais 474 cargos serão criados para atender à Justiça Eleitoral.

Esses fatos irão contribuir ainda mais para a redução da dependência da força de trabalho de servidores requisitados, cuja quantidade vem reduzindo, consideravelmente, nos últimos anos, tendo em vista ações como o remanejamento e a extinção de zonas eleitorais, a implementação do atendimento digital, a melhoria e a automação de processos de trabalho etc.

Importante registrar que, entre janeiro de 2011 e junho de 2025, houve redução de 12,3% de requisitados a serviço da Justiça Eleitoral, enquanto o número de eleitores inscritos teve aumento de 21,6%, conforme observado nos gráficos a seguir:



Ressalta-se que, em razão desse cenário, considerando o disposto no Acórdão TCU n. 199/2011, a Presidência deste Tribunal Superior publicou, em 30 de junho de 2025, a Portaria n. 294, que prorrogou para 30 de dezembro de 2026 a permanência de servidores municipais e estaduais à disposição da Justiça Eleitoral, cujo prazo requisitório, igual ou superior a 5 anos, tivesse se completado em 30 de junho de 2025.

Essa medida regularizou a situação dos servidores requisitados, manteve a força de trabalho equilibrada para a realização das eleições de 2026 e propiciou um prazo maior para o preenchimento dos cargos efetivos vagos.

A Portaria também determinou que os TREs avaliassem a pertinência e a necessidade de prorrogação do prazo, observando rigorosamente o que dispõe o art. 6º da Resolução n. 23.523/2017 deste Tribunal Superior, em relação àqueles servidores cujo prazo de requisição venceria depois de 30 de junho de 2025. Em outras palavras, cessou a possibilidade de novas prorrogações que não estejam em consonância com a mencionada Resolução. Dessa forma, até 30 de dezembro de 2025, 733 servidores requisitados deverão ser devolvidos aos órgãos de origem.

2.2 Contínuo enfrentamento à desinformação

Não é possível ignorar a complexidade e os desafios da contemporaneidade. O fluxo e a velocidade da desinformação exigem esforço e conjugação de experiências e saberes diversos, para consolidar o valor da confiança institucional, essencial para a saúde da democracia.

Pela [Portaria TSE nº 289, de 27 de junho de 2025](#), o Tribunal Superior Eleitoral instituiu um grupo consultivo de trabalho com a finalidade de debater e propor diagnósticos, pesquisas, programas, projetos e campanhas destinadas à implementação de medidas para o aperfeiçoamento do sistema de combate à desinformação eleitoral. O grupo, vinculado à Presidência deste Tribunal Superior, é formado por nove integrantes, entre eles, juízes, procuradores e acadêmicos, e se destina a propor medidas que possam combater ações que contaminem o debate democrático, auxiliando no enfrentamento às mentiras digitais, ao discurso de ódio, à intolerância e à discriminação.

Também foi lançada, em 2025, uma nova versão do Sistema de Alertas de Desinformação Eleitoral – Siade, com melhorias na interface e automação, com promoção de ações educativas sobre desinformação, no Museu do Voto.

2.3 Reuniões permanentes com os Tribunais Regionais Eleitorais

Durante todo o ano de 2025, a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral promoveu reuniões permanentes de trabalho com a Presidência dos TREs, a fim de alinhar ações, unificar rotinas, consolidar sugestões e estabelecer prioridades administrativas. No primeiro semestre, as reuniões se realizaram por segmentos, reunindo tribunais regionais com as mesmas características geográficas e populacionais, facilitando a construção de soluções conjuntas, como a biometrização da população brasileira, a criação de unidades de atendimento para os usuários nas comunidades mais remotas do país, até a divulgação da Metodologia de Planejamento Integrado das Eleições, fruto de evento técnico realizado neste Tribunal Superior em abril deste ano, com a presença de representantes de todos os Tribunais Regionais Eleitorais. Foram criadas as bases para um planejamento sistêmico, integrado e mais eficiente nas eleições, de modo colaborativo.

Além das reuniões, a Presidente do Tribunal Superior Eleitoral participou de encontros nos TREs, realizando visitas técnicas e conhecendo, de perto, a realidade e as demandas regionais.

Na mesma linha de orientação e com o objetivo de uniformizar procedimentos e de se preparar adequadamente para as Eleições 2026, este Tribunal Superior promoveu encontros técnicos com a presença de representantes de todos os TREs. Um ano dedicado a identificar os problemas, compartilhar experiências e construir soluções administrativas e jurisdicionais para a Justiça Eleitoral:

abril

- Reunião de Diretoras-Gerais e Diretores-Gerais
- Encontro Metodologias de Planejamento Integrado das Eleições

maio

- Teste de Desempenho dos Portais da Justiça Eleitoral

junho

- Encontro Nacional de Servidoras e Servidores de Ouvidorias Eleitorais
- Encontro Nacional de Gestoras e Gestores do PJe



- Encontro Nacional de Comunicação
- 15º Simulado Nacional de *Hardware*

agosto

- Reunião de Titulares das Unidades de Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral

setembro

- Reunião de Dados Abertos da Justiça Eleitoral
- Teste em Campo de Prestação de Contas I
- Teste em Campo dos Sistemas do Cadastro Eleitoral
- Teste em Campo dos Sistemas Eleitorais Integrados
- 16º Simulado Nacional de *Hardware*

novembro

- Encontro Nacional das Secretarias Judiciárias
- Encontro de Secretárias e Secretários de Orçamento e de Administração da Justiça Eleitoral
- Teste em Campo de Prestação de Contas II
- 4º Encontro de Acessibilidade da Justiça Eleitoral

dezembro

- Encontro de Dirigentes das Auditorias Internas da Justiça Eleitoral.

Também foram realizadas reuniões periódicas com os titulares das Secretárias de Gestão de Pessoas, com os secretários de Tecnologia da Informação, que se alternavam em 2 tipos de reunião: setoriais, com subgrupos de secretárias e secretários focados em discutir e aprofundar temas essenciais e prioritários e com o objetivo de detalhar alternativas, analisar prós e contras, avaliar riscos e propor estratégias de mitigação e assembleias, reuniões com todas as secretárias e todos os secretários, cujo propósito principal foi deliberar sobre os resultados e as conclusões apresentadas nas reuniões setoriais.



Reuniao com os Presidentes TREs – 2.4.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Reuniao com os Presidentes TREs – 9.4.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Reuniao com os Presidentes TREs – 19.8.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Reuniao com os Presidentes TREs – 19.11.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

2.4 Criação do Prêmio e Selo de Qualidade Eleitoral

Com o propósito de fortalecer a democracia como um direito fundamental, valorizando pessoas e instituições, foram criados, em 2025, o Selo de Qualidade Eleitoral e o Prêmio Justiça Eleitoral, iniciativa que contou com a adesão de todos os 27 TREs, além de contar com a inscrição de 327 práticas concorrentes à premiação.

Na primeira edição, instituída pela Portaria n. 109, de 13 de março de 2025, todas as unidades do Tribunal Superior Eleitoral participaram, criando indexadores a serem observados como critérios de excelência pelos Tribunais Regionais Eleitorais. Esses indicadores objetivam consolidar a unidade nas orientações a serem observadas pelos TREs, a fim de se garantir a prestação do serviço de maneira mais adequada e passível de controle e fiscalização.

No dia 10 de dezembro, realizada a cerimônia de premiação, foi possível perceber a proximidade da Justiça Eleitoral com a sociedade, pela participação entusiasmada de mesários, mesárias, colaboradoras e colaboradores, eleitoras e eleitores.



Cerimônia de entrega do Prêmio Justiça Eleitoral e Selo de Qualidade – 10.12.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

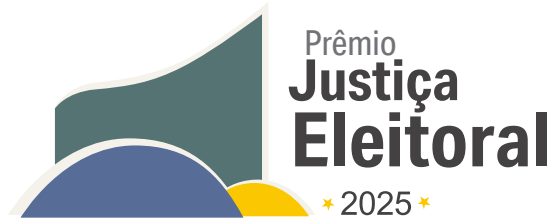


Cerimônia de entrega do Prêmio Justiça Eleitoral e Selo de Qualidade – 10.12.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Cerimônia de entrega do Prêmio Justiça Eleitoral e Selo de Qualidade – 10.12.2025.
Foto: Felipe Sampaio/Secom/TSE

Prêmio Justiça Eleitoral



Sete Categorias

1. Inovação em Cidadania na Justiça Eleitoral
2. Combate à Desinformação
3. Eficiência na Comunicação
4. Redução das Desigualdades de Gênero, de Raça, de Etnia e de Idade
5. Acesso à Justiça Eleitoral
6. Mesário Exemplar
7. Eleitor Comprometido

327
inscrições



Cerimônia de entrega do Prêmio Justiça Eleitoral - 10.12.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

Selo de Qualidade Eleitoral



3 TRIBUNAIS



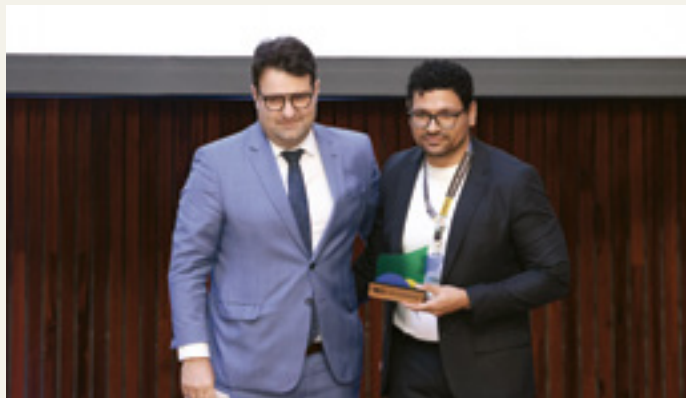
18 TRIBUNAIS



1 TRIBUNAL



Cerimônia de entrega do Selo de Qualidade Eleitoral – 10.12.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Cerimônia de entrega do Prêmio Justiça Eleitoral e Selo de Qualidade – 10.12.2025.
Foto: Felipe Sampaio/Secom/TSE



Cerimônia de entrega do Prêmio Justiça Eleitoral e Selo de Qualidade – 10.12.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Cerimônia de entrega do Prêmio Justiça Eleitoral e Selo de Qualidade – 10.12.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Cerimônia de entrega do Prêmio Justiça Eleitoral e Selo de Qualidade – 10.12.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Cerimônia de entrega do Prêmio Justiça Eleitoral e Selo de Qualidade – 10.12.2025.
Foto: Felipe Sampaio/Secom/TSE



Cerimônia de entrega do Prêmio Justiça Eleitoral e Selo de Qualidade – 10.12.2025.
Foto: Felipe Sampaio/Secom/TSE

3

DEMOCRACIA
CONCRETIZADA

3.1 Mais acessibilidade

Com o objetivo de tornar o processo eleitoral ainda mais inclusivo, em 2025 foi lançada a campanha **Votar é meu direito. Garantir meu acesso ao voto é dever da Justiça Eleitoral**. Foi também lançada uma página sobre acessibilidade no Portal do Tribunal Superior Eleitoral, que promove a transparência ativa do Tribunal, oferecendo informações para que todas as pessoas – incluindo as com deficiência e/ou mobilidade reduzida – possam exercer seu papel, na democracia, com autonomia, segurança e dignidade.



Cartaz da campanha Votar é meu direito. Garantir meu acesso ao voto é dever da Justiça Eleitoral.

A acessibilidade foi pauta constante das reuniões com os Presidentes de TREs, e entre as ações adotadas pela Justiça Eleitoral ressaltam-se:

1. Urnas adaptadas

Com teclas em braille, marcas em relevo, recurso de voz e vídeos em Libras;

2. Locais de votação acessíveis

Espaços sem barreiras arquitetônicas e seções adequadas às necessidades das pessoas com deficiência;

3. Capacitação de mesários

Fomação para atendimento adequado, respeitoso e inclusivo;

4. Apoio no momento do voto

Possibilidade de acompanhamento por pessoa de confiança;

5. Transferência temporária

Mudança para seções acessíveis, quando necessário;

6. Coordenadores de acessibilidade

Profissionais capacitados para orientar e apoiar eleitores que precisem de auxílio;

7. Comunicação com a sociedade

Campanhas publicitárias e comunicação inclusiva e abrangente nos canais e nas redes sociais.

3.2 Mais sustentabilidade

É permanente a preocupação do Tribunal Superior Eleitoral com a sustentabilidade. Em 2025 não foi diferente. Além das ações da SMG, o Tribunal Superior Eleitoral esteve presente como coorganizador do evento “Verdemocracia”, realizado no mês de setembro, em Belém, cidade que sediou a COP.



“Verdemocracia” marcou a celebração do Dia Internacional da Democracia. O Tribunal Superior Eleitoral, em parceria com o TRE/PA, promoveu a reunião de Presidentes dos TREs, além de organizar e coordenar o Fórum Nacional VerDemocracia, em Belém/PA. Durante três dias, especialistas da Justiça Eleitoral e convidados debateram os principais desafios das Eleições Gerais de 2026, com foco nos temas de tecnologia e sustentabilidade, entre eles, o impacto das mudanças climáticas na logística eleitoral, os avanços da tecnologia e da inteligência artificial, a inclusão social, a cultura democrática e a consolidação do Estado Democrático de Direito.



Fórum Nacional VerDemocracia, em Belém (PA) – 16.9.2025.
Foto: Luiz Roberto/TSE



Fórum Nacional VerDemocracia, em Belém (PA) – 16.9.2025.
Foto: Luiz Roberto/TSE

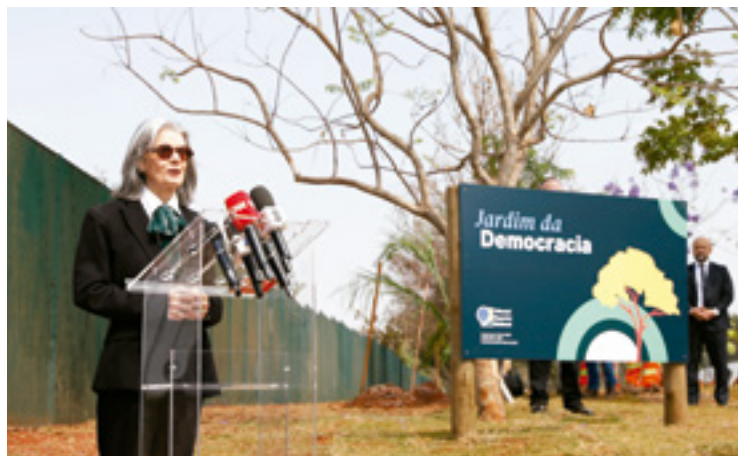


Fórum Nacional VerDemocracia, em Belém (PA) – 16.9.2025.
Fotos: Luiz Roberto/TSE



Fórum Nacional VerDemocracia, em Belém (PA) – 16.9.2025.
Foto: Luiz Roberto/TSE

Também no mês de setembro, e como uma ação simbólica de sustentabilidade, inaugurou-se o Jardim da Democracia em área externa do Tribunal Superior Eleitoral, com o plantio de mudas do cerrado e do Brasil, pelos Ministros e pelas Ministras deste Tribunal Superior.



Inauguração do Jardim da Democracia – 18.9.2025.
Fotos: Alejandro Zambrana e Thales Lima/Secom/TSE

No Tribunal Superior Eleitoral, foram realizadas as medições das emissões de gases de efeito estufa (GEE), Referência 2024, e o inventário foi submetido à avaliação do Organismo Verificador, por meio de empresa contratada, a Ecogest Projetos e Inovações Sustentáveis. O Relatório de Solicitações de Esclarecimentos (SE), SEI n. 3417316, foi submetido às unidades para manifestação, conforme as respectivas necessidades de esclarecimentos.

3.3 Ações para concretizar a equidade de gênero e raça. Menos preconceito

O ano de 2025 consolidou, no Tribunal Superior Eleitoral, um firme compromisso com a equidade e a diversidade, não apenas formal. A agenda em defesa da paridade de gênero se positivou por meio de Resolução, com a ampliação, em médio prazo, da participação feminina nos espaços de poder. Entre as principais iniciativas, ressalta-se o **Programa Nacional de Incentivo à Participação Feminina na Justiça Eleitoral**, instituído pela Portaria n. 105, de 10 de março de 2025, que propõe à Justiça Eleitoral a promoção do equilíbrio de oportunidades entre mulheres e homens em todas as unidades administrativas e judiciais; a criação de políticas institucionais voltadas para a valorização da mulher; o incentivo e a ampliação da presença feminina em cargos de chefia e assessoramento e nas Comissões Organizadoras de Concursos e Processos Seletivos; a inclusão de mulheres como expositoras e palestrantes em eventos e ações institucionais; a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação contínua do Programa.

A maior inovação foi a edição da **Resolução n. 23.746, de 11 de março de 2025**, que exige a alternância de gênero nas listas tríplexes de advogadas e advogados para o preenchimento das vagas de Juíza ou Juiz membro dos TREs.

A Resolução prevê que o procedimento de lista tríplex, a ser encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral, deverá ser instruído com os seguintes documentos: a) a categoria do cargo a ser provido, se efetivo ou substituto; b) o nome do juiz cujo cargo será preenchido e a causa da vacância; c) se a vaga decorre do término do primeiro ou do segundo biênio, quando for o caso; d) o número de mulheres e de homens que compõem o tribunal regional eleitoral, especialmente nos cargos providos por advogadas e advogados, a fim de que o Tribunal de Justiça considere e atue em conformidade com a política nacional de paridade de gênero no Poder Judiciário.

Relevante o registro de que, antes da publicação da Resolução n. 23.746/25 deste Tribunal Superior, 17 mulheres integravam os 27 Tribunais Regionais Eleitorais, como membro efetivo ou substituto. Transcorridos apenas 8 meses, até o presente mês, mais 6 mulheres foram nomeadas para os Tribunais, indicando aumento aproximado de 35,29% de participação feminina nos TREs.



Os eventos **"Mulher, Presente"** (11.3) e **"Democracia – Substantivo Feminino"** (24.11) reuniram, no Tribunal Superior Eleitoral, artistas, juristas, líderes políticas, gestoras públicas, empresárias e pesquisadoras para discutir soluções e ações para enfrentar a baixa representação feminina nos cargos de gestão e políticos. Por meio de rodas de conversa, discussões, palestras e exposições, o público externo e interno reforçaram a urgência da equidade para o fortalecimento da democracia.



"Mulher, Presente" - 11.03.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Abertura do encontro "Democracia: substantivo feminino" - 24.11.2025.

Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

Também no ano de 2025, uma lista tríplice inédita, integrada apenas por mulheres, culminou com a nomeação e posse da Ministra Estela Aranha, em 5.8, neste Tribunal Superior, na vaga de advogados, fortalecendo a representatividade feminina na magistratura eleitoral.

Além do enfrentamento à desigualdade de gênero, o Tribunal Superior Eleitoral também avançou na pauta da equidade racial, com a reunião da Comissão de Equidade Racial, nomeada na Portaria n. 861/2024. Fruto dos trabalhos da comissão e da Equipe de Estatística da Secretaria de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental, a publicação **Análise da Distribuição de Candidaturas, Vagas, de Eleitos e Recursos de Financiamento por Perfil Racial** apresenta diagnóstico aprofundado sobre tópicos como a evolução da autodeclaração de cor/raça entre as eleições e o recebimento e a utilização dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas – FEFC. O relatório indica que o sistema político brasileiro é marcado por duas disparidades cruciais: a sub-representação crônica de grupos minorizados e a desigualdade no financiamento.

Em novembro, o Curso de letramento racial e formação de multiplicadores antirracistas foi realizado no Tribunal Superior Eleitoral. Foram seis encontros presenciais, com foco na inclusão e equidade e com o propósito de tornar a Justiça Eleitoral cada vez mais preparada para garantir a diversidade e o respeito.

Também a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação teve atuação marcante no ano de 2025. Diversas oficinas do curso Linguagem Inclusiva na Perspectiva da Diversidade foram oferecidas para o público-alvo do quadro de vigilância, segurança e brigadistas deste Tribunal Superior, pois costumam ser os primeiros a acolher e prestar atendimento às pessoas que ingressam ou visitam o Tribunal.

Os servidores foram capacitados para o desenvolvimento de competências voltadas à comunicação inclusiva, de modo a assegurar acolhimento respeitoso e alinhado aos valores institucionais de diversidade e inclusão.

Em abril, este Tribunal Superior promoveu para toda a Justiça Eleitoral o *Webinar - A importância das adaptações razoáveis no trabalho para as pessoas autistas* em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, com a finalidade de desenvolver a conscientização e o entendimento sobre as adaptações necessárias para garantir a inclusão e o apoio adequados às pessoas autistas no ambiente de trabalho.



Na consolidação da política de respeito à diversidade, foi realizado o *Webinar* de letramento para toda a Justiça Eleitoral, no Dia Internacional do Orgulho LGBT, com o propósito de promover debates e reflexões sobre temas relacionados ao atendimento às pessoas transgêneras, nome social, identidade de gênero e temas correlatos, fortalecendo o compromisso institucional com a diversidade e o respeito às especificidades da comunidade LGBT.

3.4 Trabalhos de Missão Internacional

Além de atividades no país e o compromisso intransigente com a democracia, este Tribunal Superior, em observação ao princípio da reciprocidade, também participa de eventos e observações internacionais, participando de eventos e eleições para os quais é convidado.

No ano de 2025, o Vice-Presidente, Ministro Kassio Nunes Marques, integrou a missão observação eleitoral da UNIORE, nas Eleições Gerais do Equador, em Quito, de 9 a 14 de abril de 2025, e acompanhou as Eleições Departamentais e Municipais do Uruguai, em Montevideu, de 9 a 12 de maio do mesmo ano.

Em 15 e 16 de maio de 2015, a Presidente, Ministra Cármen Lúcia, participou da Sexta Assembleia Plenária da Rede Mundial de Justiça Eleitoral, em Medellín, na Colômbia.

De 20 a 21 de maio de 2025, na cidade do Panamá, a então Assessora do Gabinete da Presidência, e hoje Ministra, Estela Aranha, juntamente com Sabrina Beatriz Ribeiro Pereira da Silva e Celio Castro Wermelinger, ambos da SMG, representaram o Tribunal Superior Eleitoral no Seminário do IDEA Internacional "Inteligência Artificial para atores eleitorais".

Nos eventos comemorativos do 30º aniversário do IDEA Internacional, a Presidente, Ministra Cármen Lúcia, esteve presente em Estocolmo, de 9 a 13 de junho de 2025.

Finalmente, para acompanhar as Eleições Legislativas Argentinas, a Presidente, Ministra Cármen Lúcia, viajou a Buenos Aires, Argentina, de 23 a 27 de outubro.



3.5 Aperfeiçoamento da Ouvidoria, mais acesso e atendimento dos usuários externos

Nacionalização do sistema de atendimento ao cidadão

O ano de 2025 marcou avanços significativos na modernização e integração dos serviços de atendimento ao cidadão na Justiça Eleitoral. Entre as principais iniciativas, ressaltam-se a nacionalização do Sistema de Atendimento ao Cidadão (SAC-JE), projeto iniciado em agosto e que, até dezembro, já havia alcançado 20 Tribunais Regionais Eleitorais. A partir de janeiro de 2026, o sistema estará plenamente operacional nos 25 TREs que aderiram à iniciativa, consolidando um modelo unificado que fortalece a governança informacional, padroniza procedimentos e eleva a qualidade do serviço público, com foco em acessibilidade, segurança, eficiência administrativa, transparência e enfrentamento à desinformação.

O Sistema foi concebido com base em três pilares que asseguram sua robustez técnica e institucional:

1. **Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018)**, garantindo a proteção das informações dos usuários.
2. **Qualificação da atuação das ouvidorias**, por meio de uma tramitação estruturada e rastreável das manifestações, elevando a qualidade e a transparência das respostas.
3. **Integração com o sistema de autenticação unificada da Justiça Eleitoral**, que proporciona mais segurança digital, gestão eficiente de acessos e padronização dos perfis de usuários em todo o território nacional.

Paralelamente, foi institucionalizada a **avaliação qualitativa e quantitativa das manifestações**, permitindo identificar padrões, sazonalidades e lacunas informacionais. Esses dados subsidiaram a reformulação das páginas da Ouvidoria e da Ouvidoria da Mulher, tornando-as mais intuitivas e alinhadas às necessidades da população.

Outro marco relevante foi a **readequação da estrutura interna**, que aprimorou fluxos, especializou equipes e consolidou uma governança mais clara e eficiente, garantindo rastreabilidade e uniformidade no atendimento.

No campo das **ações afirmativas**, a Ouvidoria avançou na categorização das manifestações relacionadas à violência de gênero, revelando situações antes invisibilizadas e possibilitando encaminhamentos mais qualificados. Essa análise também trouxe à tona demandas específicas de comunidades quilombolas, motivando propostas de comunicação inclusiva e políticas sensíveis à diversidade.

Por fim, foram sugeridas iniciativas voltadas ao enfrentamento das violências de gênero, incluindo formação continuada, rodas de conversa e cursos práticos para mulheres sobre o processo eleitoral, em parceria com a Comissão Permanente de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação.

Essas ações refletem o compromisso institucional com a melhoria contínua do atendimento, a promoção da cidadania e a construção de um ambiente mais seguro, transparente e inclusivo.

Demandas recebidas

No período compreendido entre janeiro e novembro de 2025, foram registradas **35.950 demandas** por meio do Sistema de Atendimento ao Cidadão (SAC-JE).

Formas de recebimento	Quantidade	Percentual
Formulário Eletrônico	18695	52,00 %
Telefone	15711	43,70 %
<i>E-mail</i>	1458	4,06 %
Ouvidoria da Mulher	50	0,14 %
Sei	14	0,04 %
Carta	12	0,03 %
Presencialmente	10	0,03 %
Total	35950	100 %

Assuntos mais demandados em 2025

Assunto	Quantidade	Percentual
Título Eleitoral	9916	29,90 %
Certidão de Quitação Eleitoral	5043	15,20 %
Validação Gov.Br	1926	5,81 %
Alistamento e Justificativa Eleitoral no Exterior	1546	4,66 %
Sugestões Diversas	1480	4,46 %
Demanda de Outros Órgãos	1340	4,04 %
Dados Insuficientes	1299	3,92 %
Sugestões de Melhorias Eleitorais	1087	3,28 %
E-Título	959	2,89 %
Concurso Público	801	2,41 %
Dados Insuficientes para Consulta ao Cadastro Eleitoral	746	2,25 %
Demanda de TRE ou Zona Eleitoral	739	2,23 %
Consulta de Situação Eleitoral e Local de Votação	725	2,19 %
Recadastramento Biométrico	682	2,06 %

Pesquisa de satisfação feita no formulário eletrônico

(dados consolidados de janeiro a novembro de 2025)

Período	Cortesia/ Educação	Prazo de atendimento	Orientação prestada	Índice de satisfação
Média de respostas no período de janeiro a novembro	80,77 %	80,87 %	65,66 %	75,76%

Pesquisa de satisfação no atendimento telefônico

(dados consolidados de janeiro a novembro de 2025)

Questão 1 Você teve sua dúvida respondida pela Ouvidoria?	SIM	NÃO
Média de respostas no período de janeiro a novembro	97,3%	3,7%

Questão 2 Atribua uma nota para o atendimento recebido, em escala de 1 a 5, digitando nota 1 para insatisfeito até nota 5 para totalmente satisfeito	1	2	3	4	5
Média de respostas no período de janeiro a novembro	7,16 %	0,73%	0,58%	2,02%	89,9%

3.6 Mais comunicação

O Tribunal Superior Eleitoral reforçou, em 2025, a parceria com veículos de imprensa, com o objetivo de ampliar a divulgação de informações confiáveis, enfrentar a desinformação e aprimorar o diálogo com seu público principal: o eleitorado brasileiro, destinatário central das iniciativas deste Tribunal da Democracia.

No decorrer do ano, foram produzidos e divulgados diariamente vídeos e áudios sobre as atividades do Tribunal Superior Eleitoral em diversos canais, incluindo sites, extranet, YouTube, Rádio Justiça e TV Justiça. Também foram transmitidas sessões plenárias e produzidos programas semanais, distribuídos para 351 emissoras em todo o país.

Faltando menos de um ano para as Eleições 2026, foi intensificada a divulgação das etapas do Ciclo de Transparência Democrática, iniciado com a Abertura do Código-Fonte, em 4 de outubro de 2025. A iniciativa integra o ciclo de desenvolvimento dos sistemas de votação, apuração, transmissão, recebimento de arquivos e apoio às auditorias da urna eletrônica, sendo uma das principais oportunidades de fiscalização do processo eleitoral.

Ao promover uma avaliação dos sistemas eleitorais aberta e participativa, o Tribunal Superior Eleitoral busca garantir, de maneira permanente, que as eleições ocorram de forma segura, transparente e confiável, reafirmando a credibilidade do sistema eletrônico de votação e apuração na sociedade.

Foi, ainda, fortalecido o relacionamento da Justiça Eleitoral com a imprensa brasileira e internacional. O portal do Tribunal Superior Eleitoral, em sua página destinada à imprensa, é um dos resultados concretos desse esforço.

A transparência constitui parte essencial desse compromisso. Ao oferecer ampla documentação, materiais de mídia, pautas e decisões de julgamentos, este Tribunal Superior fortalece o trabalho da imprensa e assegura à sociedade mais acesso às ações da Justiça Eleitoral.

A estrutura organizada e os múltiplos canais disponibilizados ajudam a atender diferentes demandas: desde pedidos de informação, pedidos de imagens ou materiais para reportagens, até cobertura de julgamentos e decisões em tempo real.

No portal do Tribunal Superior Eleitoral, estão disponíveis, para acesso público, diversos tipos de materiais, como:

1. Notícias, reportagens especiais, comunicados sobre pautas de julgamento, decisões colegiadas, eventos institucionais;
2. Vídeos e áudios (ex.: de sessões, entrevistas, coletivas, programas da Justiça Eleitoral) por meio de canais como YouTube, Rádio Justiça, TV Justiça;
3. Banco de imagens e fotos oficiais produzidas pelo Tribunal, útil para uso em reportagens.
4. Documentos de referência para jornalistas (ex.: guias, glossários técnicos, cartilhas eleitorais, materiais informativos), que ajudam a orientar a cobertura e o entendimento das regras eleitorais.

Ao longo do ano, este Tribunal Superior promoveu três campanhas institucionais de grande repercussão, veiculadas em emissoras de televisão e rádio de todo o país, além de serem amplamente divulgadas no portal e nas redes sociais do Tribunal:

1. Campanha **“Regularização”**, com a finalidade de orientar eleitoras e eleitores sobre a importância de quitarem seus deveres com a Justiça Eleitoral, ressaltando os serviços disponíveis e marcando o período de um ano para o fechamento do cadastro eleitoral.
2. Campanha **Votar é meu direito, Garantir meu acesso ao voto é dever da Justiça Eleitoral**, com o objetivo de ampliar a inclusão de eleitoras e eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida no processo eleitoral, promovendo igualdade de acesso.
3. Campanha **Votar é a nossa Cara**, objetivando estimular jovens de 15 anos a 17 anos a emitirem o título de eleitor e garantirem sua participação nas Eleições 2026.





Cartaz da campanha Votar é a Nossa Cara

Foi, ainda, lançado em 2025 a nova logomarca das Eleições 2026, com o *slogan* **Voto na Democracia**, estabelecendo, ainda, a identidade visual para o Ciclo de Transparência Democrática.

ELIÇÕES
2026
#VOTONADEMOCRACIA



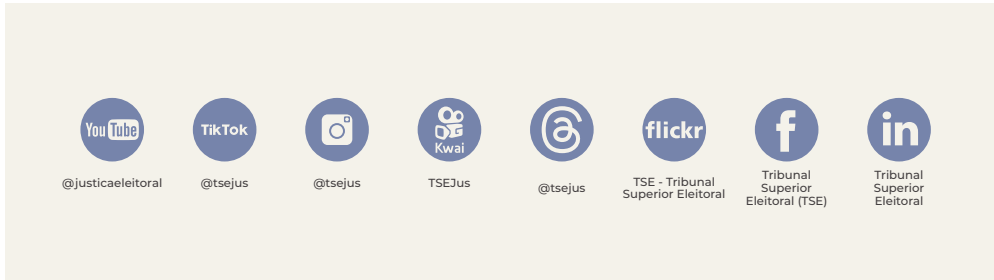
Abertura do Ciclo de Transparência Democrática – Eleições 2026 – 2.10.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

O Tribunal Superior Eleitoral tem mais de 2 milhões de seguidores e participa ativamente de oito redes sociais. Nessas plataformas, o Tribunal publica conteúdos de utilidade, educação e orientação sobre a Justiça Eleitoral, a urna eletrônica, as regras das eleições e o alistamento de eleitores.

Os posts são feitos em linguagem clara e aparecem em formatos variados, como imagens, textos e vídeos. As redes sociais deste Tribunal Superior, assim como os sites da Justiça Eleitoral, são canais oficiais que oferecem informações seguras e confiáveis sobre tudo o que envolve o processo eleitoral.

Em 2025, os conteúdos do Tribunal Superior Eleitoral ganharam força nas redes e alcançaram um público cada vez maior:

TSE nas redes	Impressões / Alcance / Visualizações
Threads	377.600
Instagram	2.668.819
Facebook	4.939.701
LinkedIn	254.867
TikTok	5.700.000
YouTube	3.589.491
Kwai	3.500.000
Total	21.030.478



YouTube

O canal do Tribunal Superior Eleitoral no YouTube existe há 15 anos e ajuda a mostrar o trabalho da Justiça Eleitoral, deixando a instituição mais próxima das pessoas. Todos os dias, o canal leva informações de forma fácil para toda a sociedade. Lá, é possível assistir ao vivo às Sessões de julgamento do Tribunal, além de vários conteúdos organizados em *playlists*.

Os números mostram que cada vez mais pessoas acompanham o canal. Atualmente, já são quase meio milhão de inscritos (493.000), o que faz dele o segundo canal mais assistido do Poder Judiciário.

Facebook

Uma das primeiras redes usadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, o Facebook conta hoje com 320 mil seguidores. Criado em dezembro de 2011, o perfil está ativo desde então, publicando conteúdos educativos, explicativos e de serviço da Justiça Eleitoral. Nessa rede, também são transmitidas, ao vivo, as Sessões de julgamento do Tribunal.

Instagram

Com 472 mil seguidores, o perfil do Tribunal no Instagram destaca-se como um dos que concentram os maiores índices de engajamento e visibilidade. As publicações são de serviço e aparecem no formato de vídeos (*reels*), imagens, carrosséis e conteúdos temporários (*stories*). A rede permite ainda o compartilhamento de materiais e a divulgação colaborativa com os Tribunais Regionais Eleitorais ou parceiros. O uso de memes e trends é recorrente, com o objetivo de alcançar os mais diferentes públicos.

No Instagram, também há a possibilidade de criar canais temáticos, como por exemplo, o Concurso Nacional Unificado da Justiça Eleitoral, em que foram publicados conteúdos exclusivos sobre o tema para os seguidores que participam do canal.

TikTok

O Tribunal também tem perfil no TikTok, um canal direto de comunicação entre o Tribunal Superior Eleitoral e os jovens, que são a maioria dos usuários da rede. No ar desde 2020, o perfil conta hoje com mais 178.000 seguidores.

Com o objetivo de fortalecer a aproximação com esse importante grupo do eleitorado, o Tribunal posta vídeos curtos e dinâmicos, que transmitem informações sobre as eleições, o título de eleitor, as urnas e os demais serviços eleitorais, de forma leve e descontraída, utilizando, por exemplo, *trends*, *memes* e músicas em alta na plataforma.

Flickr

O Flickr é um *site* da *web* de hospedagem e partilha de imagens, como fotografias, desenhos e ilustrações. A ferramenta também permite novas maneiras de organizar as fotos e os vídeos. A página do Tribunal no Flickr foi criada em 2016 e conta hoje com 47.294 fotografias publicadas em alta resolução, que podem ser baixadas por qualquer pessoa interessada.

Caracterizado como rede social, o *site* possibilita aos usuários criar álbuns para armazenar suas fotografias e contatar usuários de diferentes locais do mundo.

LinkedIn

O Tribunal Superior Eleitoral também tem uma página no LinkedIn, plataforma de mídia social focada em negócios e emprego. O perfil do Tribunal na rede é acompanhado por 43.232 seguidores. Criada em 2021, a página na rede traz conteúdos educativos, explicativos e de serviço da Justiça Eleitoral e, de forma estratégica, também divulga publicações especializadas do Tribunal, cursos, eventos e vagas de estágio disponíveis na instituição.

Kwai

Com contas bem estabelecidas em várias plataformas, o Tribunal expandiu ainda mais sua atuação no universo digital e entrou no Kwai, aplicativo de criação e compartilhamento de vídeos curtos. No perfil também são postados conteúdos mais curtos de vídeos postados no canal do Tribunal Superior no YouTube. O Kwai do Tribunal foi criado em 2022 e, atualmente, é seguido por mais de 486.000 pessoas.

Threads

O perfil mais recente do Tribunal Superior Eleitoral, criado em setembro de 2024, é o do Threads, com 121 mil seguidores. Nele são compartilhadas atualizações de texto, fotos e vídeos, seguindo-se a mesma lógica de outras redes. No Threads, o Tribunal divulga seus conteúdos noticiosos (matérias e reportagens produzidas na instituição e publicadas no Portal TSE), além de todo o material audiovisual noticioso, institucional e publicitário produzido pelo Tribunal.

Os materiais educativos, informativos e de serviço da Justiça Eleitoral também têm espaço na rede, que permite, ainda, publicar *threads* (fios), em que os conteúdos são interligados, criando uma narrativa.



3.7 Conhecendo o Tribunal Superior Eleitoral

No Programa de Visitas de Estudantes Universitários de Cursos de Direito ao Tribunal Superior Eleitoral foram realizadas **173 visitas guiadas ao Tribunal**, em 2025, totalizando **4.406 visitantes**, entre estudantes universitários, cidadãos, servidores públicos e integrantes da comunidade escolar e acadêmica, provenientes de diversos estados desta Federação. A viabilização de transporte contínuo às escolas ampliou ainda mais a participação da comunidade ao Programa Educativo do Museu do Voto.

Quanto ao Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE), permaneceu fechado ao público, prosseguindo a execução e a fiscalização das contratações para manutenção predial e preservação do patrimônio histórico e cultural da Justiça Eleitoral (patrimônio tombado). Atualmente, o CCJE possui contratações de segurança, brigada de incêndio, manutenção dos equipamentos de ar-condicionado, de detização, estando em tramitação as contratações de limpeza e conservação e de manutenção predial. Outras ações para gestão de risco são comunicadas às áreas técnicas do Tribunal para adoção das providências necessárias.





A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, com os alunos dela da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas, de Belo Horizonte. – 25.11.2025.

Fotos: Luiz Roberto/TSE



Visita de estudantes universitários no TSE – 28.10.2025.

Fotos: Luiz Roberto/TSE



Visita de Estudantes da Escola do Legislativo de Balneário de Camboriú – 23.10.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Visita de Estudantes da Escola do Legislativo de Balneário de Camboriú – 23.10.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

3.8 Produção de conhecimento e de informação de qualidade

Em 2025, o Tribunal Superior Eleitoral também buscou estreitar os laços com a sociedade por meio da produção de conhecimento e da oferta de informação de qualidade, com a publicação do terceiro volume da coleção Eleições na República, intitulado **Eleições na Primeira Fase da Justiça Eleitoral 1932-1937**.

Fruto de acordos de cooperação com universidades para a realização de pesquisa, a coleção busca contar a história das eleições no País, tendo como marco inicial a Proclamação da República (1889) e se estendendo até os dias atuais, passando pelo estabelecimento da Justiça Eleitoral, em 1932. Em 2025, o primeiro volume da coleção, intitulado *As Eleições na Primeira República 1889-1930*, lançado em 2021, foi traduzido para o inglês e disponibilizado no Catálogo de Publicações do Tribunal.



Outra publicação de destaque é **Ontem, hoje e sempre: a memória eleitoral construindo a cidadania brasileira**. Capitaneada pela Rede de Memória da Justiça Eleitoral – Reme, a iniciativa resalta a história de cada unidade museológica da Justiça Eleitoral, visando à celebração do 80º aniversário da reinstalação da Justiça Eleitoral.

Por fim, o artigo **A Participação do Negro no Processo Eleitoral** convida ao diálogo a respeito da problemática da sub-representação dos grupos minorizados nas eleições, ao mesmo tempo em que sugere vasta bibliografia selecionada sobre o tema, a qual está disponível na Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral.

A oferta de informação de qualidade foi garantida por meio de diversas iniciativas, como: a criação do Metaverso da Urna Eletrônica, cujo objetivo é atrair o público (especialmente os mais jovens) para conhecer a história do voto eletrônico e a segurança dos sistemas eleitorais; a atualização da página **Julgados Históricos e do Glossário Eleitoral**; o aprimoramento dos mecanismos de pesquisa de jurisprudência da Justiça Eleitoral.



4

EFICIÊNCIA NA PRODUTIVIDADE E NA QUALIDADE

4.1 Formação continuada de servidores

No ano de 2025, foram realizados 77 projetos de capacitação e desenvolvimento de servidoras e servidores, quer presencialmente, quer por meio híbrido ou a distância. Os encontros se revelaram fundamentais para o enfrentamento de preconceitos, para melhorar o convívio nas relações de trabalho, para aproximação afetiva do corpo funcional. Nesse sentido, merecem destaque as capacitações **Letramento Racial e Multiplicadores Antirracistas** e **Comunicação inclusiva no Ambiente de Trabalho**.

Entre as ações voltadas para o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais, convém mencionar as capacitações **Curso de Fiscalização de Contratos; Treinamento do Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos; Respostas Rápidas em Emergências**, essa última realizada em parceria com o Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal.

Ao todo, foram disponibilizadas 3.764 vagas e contabilizadas 3.234 participações. A tabela seguinte ilustra os dados referentes às ações de capacitação realizadas em 2025.

Modalidade da ação de capacitação	Quantidade	Nº de vagas	Quantidade de participantes	
			TSE	Externos
Presencial	27	1.604	1.043	180
A distância	48	1.300	764	387
Híbrido	2	860	213	647
Total	77	3.764	2.020	1.214

Posição em 30.11.2025.

4.2 Projetos inovadores para o bem-estar dos servidores

Várias foram as ações realizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral para promover o bem-estar de seu corpo funcional. As mais destacadas estão relacionadas à criação do projeto **Sexta de Saúde**, à política de valorização dos servidores e à criação do **Espaço de Convivência** deste Tribunal Superior.

Atendimentos (por área da saúde) em 2025

Posição em 30.10.2025



4.610

Enfermagem



1.321

Medicina



2.023

Odontologia



74

Psicologia



60

Assistência Social



7

Avaliação
Biopsicossocial

O projeto Sexta de Saúde objetivou prevenir doenças ocupacionais e promover um ambiente de trabalho saudável. Para tanto, ao longo do segundo semestre de 2025, foram realizadas palestras, oficinas, cursos, campanha e publicação de conteúdo na extranet sobre temas relacionados à saúde. A página que segue ilustra a programação do projeto.



AGOSTO

- Abertura oficial do Programa
- Palestra **Espiritualidade e Saúde**
- Abertura **Espaço Bem-estar** com ações de sensibilização (yoga e meditação)
- Aulas contínuas de Yoga (realização em parceria com a AsserTSE)

SET

- Palestra **Os benefícios de uma boa noite de sono**
- Campanha de Doação de Sangue
- Palestra **Mente Plena** (*Mindfulness*)

OUT

- Campanha de **Doação de Sangue**
- **Jornada QV-JE**
- Inauguração do **Espaço de Convivência**



Espaço de Convivência

NOV

- Aula de **Tai Chi Chuan**
- Rede de **Atendimento Psicológico** da Justiça Eleitoral
- Desafio **Cozinha Afetiva: receitas que contam histórias**

DEZ

- Palestra **Coerência Cardíaca** (*HeartMath*)

Ação contínua

- Publicação de matérias na extranet com orientações e esclarecimentos (Pílulas de Saúde)

A política de valorização de servidores culminou com o evento Compromisso com a Democracia, ocasião em que 67 servidoras e servidores foram homenageados pelo tempo de serviço dedicado à Justiça Eleitoral.

Por fim, a inauguração do **Espaço de Convivência** criou um ambiente propício para promoção da integração, da cultura e da troca de experiências entre as pessoas que compõem o corpo funcional.

4.3 Formação continuada de magistrados

No ano de 2025, o Termo de Cooperação Técnica n. 03/2005 foi assinado com a Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, uma ação inédita que possibilitou, por meio da Escola Judiciária Eleitoral – EJE, fosse oferecido o curso de formação, aprimoramento e especialização em Direito Eleitoral para todas as magistradas e todos os magistrados do país. São 120 horas de carga horária, distribuídas entre Direito Eleitoral em ambiente digital; Cidadania, Inclusão e Diversidade no Processo Eleitoral; Temas do Direito Eleitoral; Atos Gerais de Segurança e Tecnologia das Eleições, com o objetivo de capacitar magistradas e magistrados que integrarão a Justiça Eleitoral nas Eleições 2026, especialmente quanto a aspectos técnicos, normativos e práticos, nas esferas administrativa e jurisdicional da Justiça Eleitoral.

Números da ação

- 14 turmas em formato híbrido
Eventos presenciais e conteúdos e atividades disponibilizados na plataforma *on-line* da EJE/TSE – EADEJE;
- 120 horas-aula, sendo 90 horas-aula realizadas em 2025;
- 581 inscrições:
514 juízes que atuam 1ª instância;
67 membros de TRE que atuam na 2ª instância;
- 1 juíza coordenadora;
- 42 tutores;
- 4 coordenadores de tutoria;
- 37 docentes.

14
TURMAS

120
HORAS-AULA

581
INSCRIÇÕES



Aula magna do Curso de Aperfeiçoamento da Magistratura Eleitoral – 5.9.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

4.4 Prestação jurisdicional

Os dados processuais seguintes foram consolidados pela Secretaria Judiciária – SJD em atividade coordenada com a Assessoria do Processo Judicial Eletrônico – ASPJE, com a Secretaria de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental – SMG e com a Assessoria de Plenário – Asplen. Representam os números aferidos no período de 1º de janeiro a 27 de novembro de 2025.

Sessões realizadas

Tipo de sessão	Quantidade de sessões	Quantidade de processos julgados
Presenciais	71 Jurisdicionais 33 Administrativas 2 Solenes	685
Virtuais	38 Ordinárias 4 Extraordinárias	1.869
Total de sessões	148	-
Total de julgados	-	2.554

Indicadores processuais primários de carga de trabalho e produção:

Acervo inicial: número de processos em tramitação no início do período.

Autuação no período: quantidade de novos processos autuados.

Decisões, acórdãos e despachos: total de atos decisórios proferidos, por tipo.

Processos baixados: processos findos e excluídos do acervo.

Processos conclusos: processos que se encontravam nos gabinetes dos membros deste Tribunal Superior na data final do relatório.

Acervo final: processos em tramitação na data final de extração dos dados.

Acervo inicial	4.073
Distribuições	4.921
Atos judiciais	9.443
Baixados	4.815
Conclusos	1.235
Acervo final	4.335

Os números que seguem representam a produção dos órgãos julgadores, classificada por tipo de documento, no Sistema Processo Judicial Eletrônico.

Despacho: ato de magistrada ou magistrado praticado no processo, de ofício ou a requerimento da parte, que não possui conteúdo decisório.

Decisão monocrática: pronunciamento judicial proferido por Ministra ou Ministro, sem submissão ao órgão colegiado, diferenciando-se dos despachos por possuir conteúdo decisório (de julgamento ou de decisão interlocutória), e assim passível de recurso.

Acórdão: pronunciamento judicial colegiado, com votos dos Ministros que compõem o Tribunal, usualmente referente a um julgamento, também sendo instrumento de documentação das apreciações das decisões interlocutórias em tutelas de urgência submetidas à homologação.

Tipo de ato	Total	Percentual
Despachos	1.757	18,6%
Decisões monocráticas	5.591	59,2%
Acórdãos	2.095	22,2%
Total	9.443	-

A distribuição demonstra a carga de trabalho de processos novos, atribuídos a cada unidade jurisdicional, ao longo do período.

Órgãos julgadores: estruturas judiciárias responsáveis pela apreciação dos processos.

Processos: a quantidade de processos distribuídos à relatoria de cada órgão julgador.

Órgão julgador	Processos
[STF-1] Min. Cármen Lúcia	1.720
[STF-2] Min. Nunes Marques	1.574
[STF-3] Min. André Mendonça	1.544
[STJ-1] Vago	1.303
[STJ-2] Min. Antonio Carlos Ferreira	1.312
[ADV-1] Min. Floriano Peixoto	1.489
[ADV-2] Min. Estela Aranha	455
[CGE] Corregedoria	46
Total	9.443

O acervo inicial e final indica a quantidade de feitos, no Sistema Processo Judicial Eletrônico, sob responsabilidade de cada órgão julgador nas datas inicial e final do período considerado.

Acervo Inicial: processos em trâmite, sob responsabilidade do órgão julgador, na data inicial do período.

Acervo Final: processos em trâmite, sob responsabilidade do órgão julgador, na data final do período.



Órgão julgador	Acervo inicial	Acervo final
[STF-1] Min. Cármen Lúcia	471	392
[STF-2] Min. Nunes Marques	877	891
[STF-3] Min. André Mendonça	525	514
[STJ-1] Vago	520	515
[STJ-2] Min. Antonio Carlos Ferreira	421	496
[ADV-1] Min. Floriano Peixoto	728	882
[ADV-2] Min. Estela Aranha	501	616
[CGE] Corregedoria	30	29

Na tabela seguinte, o total de processos distribuídos a cada órgão julgador, ao longo do período, e conclusos na data final da apuração.

Órgão julgador	Distribuídos	Conclusos
[STF-1] Min. Cármen Lúcia	28	234
[STF-2] Min. Nunes Marques	822	202
[STF-3] Min. André Mendonça	839	79
[STJ-1] Vago	814	79
[STJ-2] Min. Antonio Carlos Ferreira	818	63
[ADV-1] Min. Floriano Peixoto	799	485
[ADV-2] Min. Estela Aranha	795	93
[CGE] Corregedoria	6	0
Total	4.921	1.235

Quanto aos processos referentes às Eleições 2024, foram autuados, ao longo deste ano, 4065 novos processos e julgados 3789, ou seja, 93,21% de feitos julgados, remanescendo o julgamento de 2329 processos, número que inclui o acervo do ano passado.

Processos referentes às Eleições 2024	
Processos autuados de 1.1 a 27.11.2025	4.065
Processos julgados de 1.1 a 27.11.2025	3.789
Processos baixados até 27.11.2025	3.414
Acervo Final de Processos referentes às Eleições 2024 em 27.11.2025	2.329



5

PREPARAÇÃO PERMANENTE PARA AS ELEIÇÕES DE 2026

O ano de 2025 é de intensa preparação de eleições. Nesse sentido, uma parte considerável das atividades desempenhadas pelo Tribunal Superior Eleitoral está voltada para as eleições do ano seguinte. A preparação leva em consideração diversos fatores, entre eles, a avaliação das eleições recém-concluídas e a realização de eventuais eleições suplementares.

Em 2025, foram realizadas 18 eleições suplementares. Por meio delas, eleitoras e eleitores de municípios como Santa Quitéria/CE e Guará/SP puderam escolher novos prefeitos e vice-prefeitos. A realização de eleições suplementares é também oportunidade para a realização de experimentos técnicos, tais como os que ocorreram nessas mesmas cidades, e de testes de sistemas eleitorais, como os conduzidos em Fortaleza/CE e Curitiba/PR.

Algumas das propostas de melhorias testadas nas eleições suplementares foram:

Cabina sem
abertura
lateral

Caderno de
votação A4
e sem foto

Reforço na
identificação
pelo CPF

Análise do uso
do e-Título pelo
eleitor

Também alguns estudos, relacionados em seguida, foram necessários para as Eleições 2026, uma vez que estas serão eleições gerais, com a escolha de dois representantes do Senado Federal e com o crescimento do eleitorado:

Dimensionamento das seções
eleitorais - visando mitigar
o risco de filas e atrasos no
encerramento das seções

Dimensionamento do
comprimento de Boletins
de Urna – BU

O relatório forneceu meios para racionalização do processo de compra das bobinas de impressão dos Boletins de Urna.

O planejamento das próximas eleições, por outro lado, envolve algumas atividades, como realizar contratações, desenvolver sistemas e preparar as resoluções que disciplinarão as Eleições 2026. Além disso, a quantidade de votantes no Brasil, a quantidade e a natureza dos cargos a serem preenchidos, a quantidade de seções eleitorais e as alterações das normas são elementos que balizam as aquisições, a logística de distribuição de materiais e o remanejamento do parque de urnas eletrônicas entre os TREs.

Com vistas ao aprimoramento do controle sobre a prestação de contas de candidatas e candidatos, este Tribunal Superior criou o Núcleo de Desenvolvimento Colaborativo, por meio da Portaria n. 446/2025, que avaliará o uso de Inteligência Artificial nesta frente de trabalho.

5.1 Teste Público de Segurança dos Sistemas Eleitorais

Realizado desde 2009, o Teste Público de Segurança dos Sistemas Eleitorais faz parte do Ciclo de Transparência Democrática e é aberto às cidadãs e aos cidadãos brasileiros maiores de 18 anos.

O Teste Público de Segurança dos Sistemas Eleitorais está regulamentado pela Resolução n. 23.444/2015 deste Tribunal Superior e tem por objetivo fortalecer a confiabilidade, a transparência e a segurança da captação, da apuração e da transmissão dos votos, além de propiciar melhorias no processo eleitoral.

Por meio do Teste Público de Segurança dos Sistemas Eleitorais, é oportunizada às (aos) participantes a identificação de eventuais vulnerabilidades e falhas relacionadas à violação da integridade ou do anonimato do voto, para que possam ser corrigidas antes das eleições. O objetivo é contribuir com o desenvolvimento dos sistemas eleitorais.

Nesta oitava edição, o evento alcançou um recorde de inscrições, somando **122 inscrições** e **149 participantes** inicialmente cadastradas(os).



Ministra Cármen Lúcia faz abertura da 8ª edição do Teste Público de Segurança dos Sistemas Eleitorais – 1.12.2025.
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Teste Público de Segurança dos Sistemas Eleitorais – 1.12.2025.
Foto: Luiz Roberto/TSE

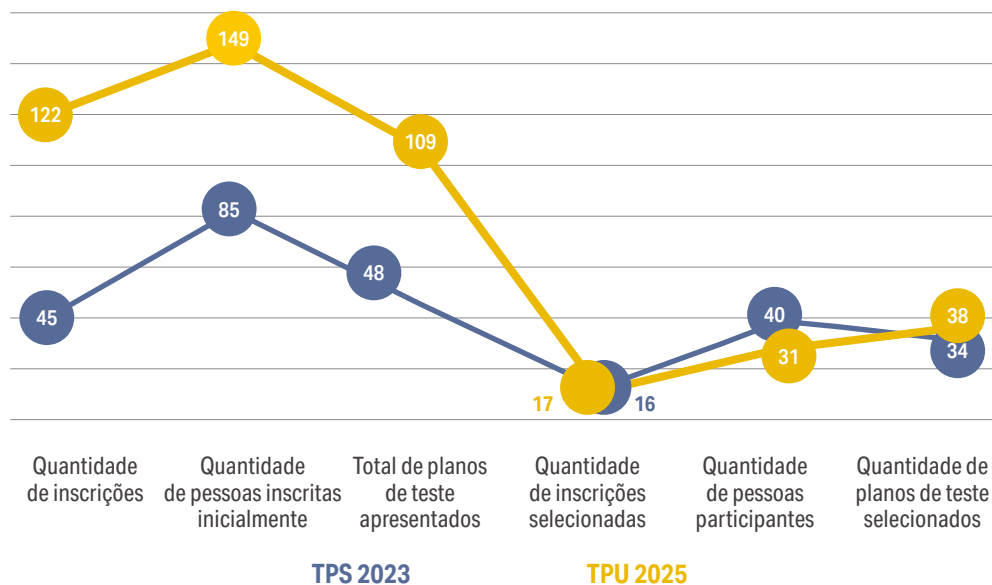


Teste Público de Segurança dos Sistemas Eleitorais – 1.12.2025.
Foto: Luiz Roberto/TSE

Ao todo, foram apresentados 109 planos de testes, dos quais, depois de análise da Comissão Reguladora e finalizados os prazos recursais, 38 restaram aprovados para serem executados durante a semana do TPU, totalizando 17 inscrições e 31 participantes inscritas(os).

Evolução dos Indicadores: TPS 2023 x TPU 2025

	Fase inicial			Após análise dos planos de teste pela Comissão Reguladora		
	Quantidade de inscrições	Quantidade de pessoas inscritas inicialmente	Total de planos de teste apresentados	Quantidade de inscrições selecionadas	Quantidade de pessoas participantes	Quantidade de planos de teste selecionados
TPS 2023	45	85	48	16	40	34
TPU 2025	122	149	109	17	31	38

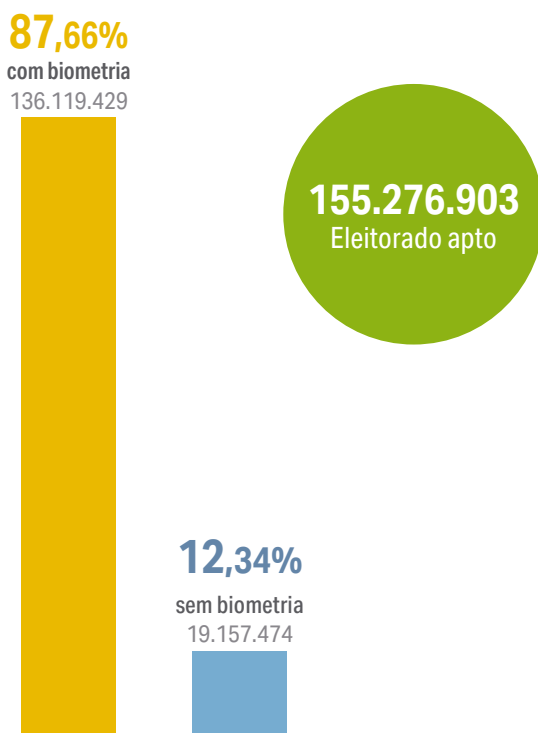


5.2 Ampliação da biometria, mais tecnologia e mais segurança

Alcançar a coleta biométrica de 100% das eleitoras e dos eleitores até as eleições de 2026 foi prioridade em 2025 e assim seguirá até o fim da gestão. Para isso, o Tribunal Superior Eleitoral, em parceria com os Tribunais Regionais Eleitorais, tem intensificado esforços para atingir a meta. A biometria é uma ferramenta essencial para reforçar a segurança e a confiabilidade do processo eleitoral, pois garante a identificação precisa do eleitor nas urnas, prevenindo possíveis fraudes no momento da votação.

Dados da página de estatísticas do portal do Tribunal Superior Eleitoral indicam que 12,34% dos eleitores aptos no Brasil ainda não possuem biometria cadastrada, conforme consulta realizada em 6.12.2025.

Estatísticas do portal TSE



Para alcançar o público restante, o Tribunal Superior Eleitoral tem impulsionado estratégias para o aumento da biometria no país, entre elas:

Distribuição de recursos orçamentários destinados aos TREs

No ano de 2025, o Tribunal Superior Eleitoral descentralizou aos Tribunais Regionais o montante de R\$ 46.753.137,74, do qual foram empenhados R\$ 13.017.637,89 e efetivamente pago, até a presente data, o valor de R\$ 4.149.446,59.

Projeto de Importação de Biometria de Órgãos Externos (Bioex)

As parcerias estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral com os institutos de identificação dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro e com a Secretaria Nacional de Trânsito – Senatran permitiram o recebimento de 5.313.574 cadastros biométricos em 2025.

Campanha

Em 2025, o Tribunal Superior Eleitoral lançou a campanha **“Biometria, a credencial que protege a democracia”**. A iniciativa busca conscientizar aqueles que ainda não fizeram a biometria e pretendem votar em 2026.

Registra-se, ainda, que a Base de Dados da Identificação Civil Nacional – ICN alcançou, em 2025, 162 milhões de pessoas individualizadas e, no Aplicativo e-Título foram realizadas atualizações tecnológicas, melhorando seu desempenho e usabilidade, como, por exemplo, o assistente de voz como padrão na conferência biométrica, facilitando a acessibilidade.





6

APERFEIÇOAMENTO DOS MODELOS DE GOVERNANÇA E GESTÃO

6.1 Governança Institucional

A Comissão Permanente de Ética e Processo Disciplinar – CPEPD não só acompanhou o Programa de Integridade do TSE, como também foi responsável por sua gestão, por meio do monitoramento do 1º Plano de Integridade, contando com o apoio do Manual de Ética e Integridade das Contratações, elaborado em 2025, o qual tem por objetivo informar os atores públicos e privados que atuam nos processos de contratação sobre os princípios éticos e de integridade, que devem nortear as suas condutas, os comportamentos esperados, as condutas vedadas, entre outros aspectos.

As informações sobre a gestão da ética e da integridade neste Tribunal Superior foram divulgadas na página **“Gestão da Ética e da Integridade”**, na extranet, desenvolvida com o objetivo de dar transparência a respeito das atividades realizadas na CPEPD.

6.2 Gestão de Licitação e Contratos

Em 2025, foi estruturado o processo de compras compartilhadas, que visa consolidar um modelo unificado de contratações para o Tribunal Superior Eleitoral e os TREs. As ações do ano organizaram o fluxo de governança e identificaram objetos passíveis de compartilhamento, promovendo a otimização das contratações comuns. Os principais desafios envolveram a compatibilização de cronogramas entre os TREs e o acompanhamento contínuo dos marcos do processo.

Ainda em relação às compras compartilhadas, foram padronizados os procedimentos de recebimento contábil de bens de compras centralizadas, com definição de texto-padrão para registro contábil das urnas e demais bens adquiridos centralizadamente, o que orientará as futuras aquisições.

O levantamento dos riscos do macroprocesso de contratações foi concluído em 2025, com consolidação dos riscos e controles e alinhamento da planilha ao modelo oficial deste Tribunal Superior, atendendo às recomendações de auditoria. A partir de outubro, iniciou-se o monitoramento contínuo, transformando a iniciativa em ação permanente.



Outros avanços obtidos na gestão de contratos foram: no controle de penalidades contratuais, com gerenciamento efetivo destas, fortalecendo a governança; na consolidação de cláusulas-padrão e critérios de qualificação econômico-financeira, que viabilizou a padronização de cláusulas de garantias, a repactuação/o reajuste e critérios econômico-financeiros, assegurando mais qualidade técnica e uniformidade nas contratações.

Para auxiliar os fiscais de contrato, além de capacitações, foi desenvolvido o Programa Fiscalize Legal, que realiza, mensalmente, debates temáticos voltados ao aprimoramento das práticas de fiscalização. A participação foi de 27 fiscais por edição, em média, favorecendo atualização, troca de experiências e melhoria contínua da atividade.

6.3 Gestão da Tecnologia da Informação

Em 2025, foi publicado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC. Um instrumento de planejamento tático que visa alinhar as ações a serem realizadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação – STI ao Planejamento Estratégico Institucional – PEI e aos demais referenciais estratégicos do Poder Judiciário: ENTIC-JUD, ENSEC-PJ. O PDTIC estabelece diretrizes, metas e ações a serem empreendidas pela STI no horizonte temporal de 2025 a 2026.

Foram desenvolvidas inúmeras melhorias na infraestrutura de TI e nos sistemas informatizados do Tribunal Superior Eleitoral, dos quais podemos ressaltar:

- **Ampliação do parque tecnológico do datacenter do Tribunal Superior Eleitoral**, visando atender a expansão da infraestrutura de bancos de dados, a alta disponibilidade de acesso aos serviços providos por este Tribunal Superior, a segurança das aplicações dos ambientes e proteção de DNS, entre outras demandas.
- **eSocial – leiaute versão 1.3**, objetivando dar continuidade ao desenvolvimento de sistema para a transferência dos dados e o recebimento das ocorrências do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais – eSocial do Governo Federal.

- **Implantação do Processo de Gestão de Vulnerabilidades – IMPLANTAGEV**, com o principal benefício de alcançar mais eficiência na identificação, na avaliação e na correção de vulnerabilidades no ambiente de infraestrutura de redes de computadores deste Tribunal Superior, por meio da implantação da gestão de vulnerabilidades e da definição de indicadores para o acompanhamento e gerenciamento desse processo.
- **Migração do Sistema de Alertas de Desinformação Eleitoral – SIADE para a plataforma APEX**, objetivando realizar a migração do SIADE para a plataforma de desenvolvimento APEX, devido à descontinuidade do ambiente atual e da necessidade de garantir a sustentabilidade operacional.
- **Adequação à LGPD corporativa – Fase 3**, visando à implementação de mecanismos para registro de acesso a dados pessoais que garanta aderência a princípios e regras da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.
- **Painel sobre o uso das orientações por voz na urna**, pretendendo analisar todos os logs de eventos relacionados à ativação e à desativação do recurso de voz na urna, para identificar possibilidades de melhoria e aprimoramento ao serviço de atendimento ao voto da eleitora e do eleitor com deficiência visual.
- **Adequação à LGPD corporativa – Fase 3**, visando à implementação de mecanismos para registro de acesso a dados pessoais que garanta aderência a princípios e regras da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

6.4 Gestão Orçamentária e Financeira

O Tribunal Superior Eleitoral desempenha o papel de coordenador na Justiça Eleitoral, gerenciando o processo orçamentário e financeiro dos TREs. Essa atuação envolve fixação dos referenciais monetários, análise e consolidação das propostas orçamentárias, definição e divulgação dos limites de pagamento das respectivas unidades da Justiça Eleitoral, análise e encaminhamento das alterações orçamentárias do órgão, entre outros.

No ano de 2025, foram executadas algumas ações na área orçamentária, como a celebração do Termo de Cessão de Uso entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Tribunal



Superior Eleitoral, que permitirá a este Tribunal utilizar gratuitamente o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho – SIGEO-JT, de forma a facilitar o acompanhamento da execução e da disponibilidade orçamentária e financeira no exercício. A adoção do sistema – que futuramente deverá ser estendida aos TREs depois do uso inicial por este Tribunal, de treinamentos e ajustes de processos – traz benefícios relevantes, como redução de custos pela utilização de uma solução já pronta, mais agilidade na implementação e menos risco de atrasos, além da garantia de sustentação e evolução contínua pela equipe da Justiça do Trabalho, sem ônus adicional para o Tribunal.

Com fundamento no inc. I do § 2º do art. 99 da Constituição da República e no art. 29 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2026 (PLN n. 2/2025), foi realizado o encaminhamento da Proposta Orçamentária da Justiça Eleitoral para o exercício de 2026 ao Poder Executivo, de acordo com os referenciais monetários definidos pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento – SOF/MPO, observados os critérios constitucionais e legais, especialmente os dispostos na Lei Complementar – LC n. 200/2023, que instituiu o regime fiscal sustentável, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2026 (PLN n. 2/2025) e no conteúdo da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI n. 7.641, que excepcionalizou as receitas próprias do Poder Judiciário dos limites da LC n. 200/2023.

Ressalta-se que o aperfeiçoamento do sistema SIGEPRO-Web associado ao planejamento orçamentário dos TREs, em sintonia com as orientações da Setorial de Orçamento da Justiça Eleitoral, foram os fatores principais para nortear a melhor alocação possível das despesas e o atingimento dos objetivos, que permitiu a entrega da Proposta Orçamentária da Justiça Eleitoral – PLOA 2026.

Com fundamento no art. 4º da Lei n. 15.121/2025 – LOA-2025, foram realizadas quatro fases de crédito, por ato próprio, para viabilizar o remanejamento de dotações e a adequação do planejamento dos TREs, o que permitiu, dessa maneira, melhor aproveitamento do orçamento das despesas discricionárias e das despesas obrigatórias.

Além disso, foram solicitados créditos que dependem de tramitação legislativa para atendimento de despesas discricionárias de TREs (PE, RN, PR, DF, MS, PA, MT, GO e PI), PLNn. 7, 10, 22 e 27, os quais ainda se encontram em tramitação no Congresso Nacional.

Encontra-se em andamento o aperfeiçoamento do Sistema Sólón, ferramenta responsável pela execução de sanções de desconto ou suspensão de cotas do Fundo Partidário, conforme decisões judiciais previstas na Resolução n. 23.709/2022 do Tribunal Superior Eleitoral, atendendo a este Tribunal, aos TREs e às zonas eleitorais. Em 2025, avançou-se na melhoria do controle de descontos, da gestão de parcelas e dos processos de atualização e recolhimento de valores, ressaltando-se funcionalidades como upload de decisões e documentos, tutoriais interativos, inclusão automática de dados necessários aos cálculos de distribuição do Fundo Partidário e o desenvolvimento de um painel de Business Intelligence para ampliar a transparência. As melhorias implementadas elevaram a eficiência, a rastreabilidade e a confiabilidade das informações, com continuidade prevista até 2026 por meio de atuação integrada das áreas financeira e de informática.

Ainda em 2025, foi contratada ferramenta para aprimorar a análise tributária no processo de execução financeira, tendo sido concluída com a formalização do Contrato n. 24/2025 deste Tribunal Superior, vigente de 26.6.2025 a 26.6.2026, proporcionando mais agilidade e segurança nas análises tributárias realizadas pelo Tribunal.

Foi atualizada a regulamentação referente à inscrição de despesas em restos a pagar no Tribunal, estabelecendo papéis, responsabilidades, procedimentos e prazos para organizar o trabalho das áreas envolvidas. Em 2025, foram aprovadas a Instrução Normativa n. 2/2025, que disciplina os procedimentos de inscrição em restos a pagar, e a Portaria n. 360/2025 deste Tribunal Superior, que definiu o cronograma de encerramento do exercício financeiro, consolidando a nova estrutura normativa da execução orçamentária e financeira.

Foram promovidos reajustes dos valores per capita dos benefícios de auxílio-alimentação, assistência pré-escolar e assistência médica na Justiça Eleitoral, cujas atualizações foram comunicadas aos TREs em fevereiro, abril e novembro de 2025. Os reajustes seguiram os índices previstos em normativos do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e possibilitaram a equiparação do auxílio-alimentação aos valores do Poder Legislativo, além de atender às novas diretrizes da Resolução-CNJ n. 294/2019 no caso da assistência médica.

A revisão ordinária da Portaria n. 89/2024 deste Tribunal Superior, referente aos provimentos de cargos efetivos da Justiça Eleitoral, foi concluída em maio de 2025, depois da publicação da Lei Orçamentária Anual, resultando na Portaria n. 236/2025, publicada dentro do prazo previsto.



6.5 Segurança da informação

Em 2025, foi elaborada a proposta de resolução da nova Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral – PSI, um procedimento de elevada complexidade, que demandou ampla análise normativa e técnica, além da incorporação de diversas contribuições oriundas dos Tribunais Regionais Eleitorais. O principal desafio consistiu na articulação entre os TREs e este Tribunal, visando à construção de um texto uniforme e efetivo, capaz de atender às necessidades e especificidades de todos os órgãos da Justiça Eleitoral.

6.6 Governança de dados

Também no corrente ano, foi elaborada a proposta de política de governança de dados, consistindo em um conjunto de normas, padrões e práticas que orientam, monitoram e avaliam a gestão e o uso dos dados para assegurar que sejam utilizados de maneira ética, segura e eficiente, atendendo às necessidades institucionais e regulatórias.

6.7 Gestão da segurança institucional

A estruturação de protocolos de segurança foi um dos principais feitos no que tange à segurança orgânica e patrimonial do Tribunal Superior Eleitoral em 2025. A iniciativa foi possível graças à reformulação da Comissão Permanente de Segurança do Tribunal e ao mapeamento de processos sob responsabilidade da Secretaria de Polícia Judicial. Foram implementadas, também, melhorias infraestruturais quanto aos sistemas de controle de acesso às dependências do Tribunal, de circuito fechado de TV e de combate e proteção a incêndios.

Além das ações de capacitação abertas a todo o corpo funcional do Tribunal, houve ações voltadas especificamente para os agentes de polícia judicial e agentes patrimoniais. Entre elas, ressaltam-se a realização do curso Noções Básicas de Inteligência e as iniciativas que integram o Programa de Reciclagem Anual da Polícia Judicial.

6.8 Melhoria nos processos de auditoria interna

Com Base no Plano Anual de Auditoria para o exercício de 2025, foram desenvolvidas importantes ações voltadas ao fortalecimento do controle interno e ao aprimoramento contínuo da gestão pública.

Ressaltam-se a realização de 2 avaliações do Relatório de Gestão Fiscal e a análise de 18 atos de pessoal, atividades essenciais para assegurar conformidade, transparência e regularidade administrativa.

No campo do planejamento estratégico, foi elaborado o Plano de Auditoria de Longo Prazo da Justiça Eleitoral, instrumento que orienta os TREs na condução de auditorias integradas ao longo dos próximos quatro anos. As Auditorias Integradas, instituídas pela Resolução n. 23.500/2016 deste Tribunal Superior, têm por finalidade avaliar, de forma sistêmica, temas estratégicos da Justiça Eleitoral, em consonância com o art. 11 da Lei n. 8.868/1994. Essas auditorias são conduzidas de maneira conjunta pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Regionais Eleitorais, sob a coordenação da Secretaria de Auditoria – SAU/TSE, com procedimentos padronizados e foco em processos críticos, assegurando soluções mais eficazes e uniformes.

Como iniciativa de inovação, foi implementado um mecanismo de avaliação de competências de servidores para auxiliar a formação de auditores para o quadro da SAU/TSE, fortalecendo a profissionalização e a qualidade técnica de seus servidores.

Realizou-se o Encontro de Dirigentes de Auditoria da Justiça Eleitoral, evento destinado à discussão de temas relativos ao trabalho, ao alinhamento de procedimentos entre as unidades de auditoria e compartilhamento de boas práticas, fortalecendo a integração e a efetividade das ações de auditoria na Justiça Eleitoral.

A equipe de gestão de processos da Secretaria de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental – SMG realizou, em 2025, a melhoria de vários processos de trabalho, com destaque para:

- Processos de Dados Abertos – foram realizadas pesquisas externas e Dados Abertos, resultando na melhoria dos processos, com inclusão de conjunto de dados.
- Processos de Tratamento de notícias de assédio e/ou discriminação – Copead.
- Processos do Núcleo de Execução do Fundo Partidário – NEF/Ceofi/SOF, com atualização de valores de débitos de condenação, recebimento e análise de notificações e certificação de recolhimento.
- Processos da Seção de Execução Orçamentária – Seor/Ceofi/SOF), resultando na emissão de nota de empenho, na emissão de nota de pré-empenho, na emissão de nota de crédito e na emissão de nota de sistema.

Como se constata dos números e das atividades, 2025 chega ao fim como um ano de intensa preparação para um fluxo mais eficiente na administração da Justiça Eleitoral e com a certeza da qualidade do serviço prestado à sociedade. Mais um ano dedicado a aprimorar um sistema reconhecido pela transparência, integridade e confiança.



Esta obra foi composta na fonte Montserrat (títulos) e Aktiv Grotesk Cd Regular (textos),
corpo 11, entrelinhas de 15 pontos, em papel Couchê fosco 115g/m2 (miolo)
e papel Cartão Supremo 250g/m2 (capa).

